

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

VANESSA FERNANDA DA SILVA

**RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE OU MATERNIDADE
SOCIOAFETIVA POR HOMOSSEXUAIS NO BRASIL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2015**

VANESSA FERNANDA DA SILVA

**RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE OU MATERNIDADE
SOCIOAFETIVA POR HOMOSSEXUAIS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves
Quiles – Cacoal, como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a
orientação da professora M.^a Kaiomi Oliveira de
Souza Cavalli.

**CACOAL - RO
2015**

Silva, Vanessa Fernanda da.
S586r Reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva
por homossexuais no Brasil/ Vanessa Fernanda da Silva –
Cacoal/RO: UNIR, 2015.
62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof. Ma. Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli.

1. Direito civil. 2. Socioafetividade. 3. Homossexualismo.
4. Família. I. Cavalli, Kaiomi de Souza Oliveira. II.
Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 347

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE OU MATERNIDADE SOCIOAFETIVA POR HOMOSSEXUAIS NO BRASIL

VANESSA FERNANDA DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.^a Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli- UNIR - Presidente

Professora M.e - UNIR - Membro

Professor M.e - UNIR - Membro

Conceito: _____

Cacoal, 27 de julho de 2015.

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Valter e Cláudia por sempre acreditarem em meu potencial e por sempre me apoiarem, dando todo suporte necessário para conclusão do meu sonho;
Ao meu irmão Cleyson, tios, primos que sempre torceram por mim durante toda a faculdade; meus amigos Leiliane e Nelson por sempre estarem ao meu lado; a meus avós, por vibrarem com minhas vitórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me presenteado com esta faculdade e ir quebrando as barreiras que enfrentei, me dando suporte e preparando minha vitória.

Sou grata também à Professora M.^a Daeane, pela ajuda na elaboração deste trabalho, paciência, apoio, parceria e companheirismo nesta jornada. Gostaria que ela soubesse o quanto sou grata por todo o empenho que ele teve com a turma, especialmente comigo. Não tem dinheiro que pague o apoio que ela me deu nesta reta final do curso. A levarei para sempre em meu coração. Daeane além de professora para mim foi uma mãe, de coração, claro! Menina mulher que veio só a acrescentar na minha vida acadêmica.

Ainda elevo minhas considerações à minha orientadora professora M.^a Kaioni de Souza Oliveira Cavalli por aceitar ser minha orientadora.

À meus pais Claudia Célia da Silva e Valter Fernandes da Silva e irmão Cleyson Tiago da Silva, meus avós e tios, que são tudo em minha vida e que com certeza foram fundamentais para que eu concluísse esse curso.

Sobretudo ao Professor Gilson, o qual nos momentos mais difíceis que vivi nesta faculdade, manteve a equidade e equilíbrio, ouvindo a mim e Leiliane, emitindo pareceres justos baseando-se no princípio da legalidade e melhor aproveitamento do tempo do acadêmico nos procedimentos os quais exigiam pareceres. Sou muito grata a esse professor, pois ele me fez acreditar, nos momentos em que mais desacreditei da justiça, que havia pessoas imparciais e que eu poderia chegar ao fim desse curso. Imagino que o professor Gilson não tem noção do quanto a postura séria e profissional dele contribuiu para que eu chegasse até aqui e não tenha desistido no meio do caminho.

E por fim, à minha melhor amiga Leiliane Soares de Oliveira, por toda compreensão que teve comigo durante todo o curso, pelas defesas mesmo quando eu não tinha razão, pela ajuda nos trabalhos, apoio, companheirismo, fidelidade e respeito.

RESUMO

O trabalho ora apresentado tem por objetivo analisar a possibilidade do reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva por homossexuais no Brasil contrapondo ao preconceito social com o direito de igualdade previsto na Constituição Federal de 1988, relevando ainda, o aspecto legal para esse possível reconhecimento. Diante disso, contornou-se os aspectos da família no ordenamento jurídico brasileiro, destacando sua formação e os novos tipos de famílias existentes as quais servirão de parâmetro para que se possa compreender um pouco mais sobre a socioafetividade e o reconhecimento da paternidade por homoafetivos. Ademais, procurou-se analisar a sexualidade, trazendo o posicionamento jurídico e a visão social sobre a homossexualidade e a união homoafetiva no Brasil. Para sua realização, foi utilizado o método dialético e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica. E por fim, por meio da análise às jurisprudências, do Código Civil, Constituição Federal e de entendimentos doutrinários buscou-se chegar ao denominador comum sobre a possibilidade do reconhecimento da paternidade e maternidade socioafetiva por homossexuais no Brasil.

Palavras-chave: Paternidade. Maternidade. Homossexualidade. Socioafetividade. Família.

ABSTRACT

This study aims to examine the possibility of recognizing the socio-affective paternity and maternity homosexuals in Brazil in opposition to social prejudice against the right to equality provided in the Constitution of 1988, revealing still, the legal aspect of this possible recognition. Therefore, it circled aspects of family in the Brazilian legal system, highlighting its training and new types of families which parameter will serve so that we can understand a little more about the social affection and the recognition of paternity by a homosexual. Moreover, it tried to analyze sexuality, bringing the legal position and social view of homosexuality and the homosexual unions in Brazil. For its realization, we used the dialectical method and the applied technical procedure was literature. Finally, by analyzing the case law, the Civil Code, the Constitution and doctrinal understandings sought to reach common ground on the possibility of recognizing the socio-affective paternity and maternity homosexuals in Brazil.

Keywords: Paternity. Maternity. Homosexuality. Socioal affection. Family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	11
1.1 FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS	11
1.2 FAMÍLIA MULTIPARENTAL.....	15
1.3 FAMÍLIA MONOPARENTAL	18
2 SEXUALIDADE.....	19
2.1 A SEXUALIDADE SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA	19
2.2 GÊNERO E SEXO	20
2.3 HOMOSSEXUALIDADE.....	23
2.4 PESSOAS HETEROSSEXUAIS QUE SE ASSUMEM HOMOSSEXUAIS	28
2.5 UNIÃO DE PESSOAS DO MESMO SEXO NO DIREITO BRASILEIRO	32
3 PATERNIDADE/MATERNIDADE SOCIOAFETIVA POR HOMOSSEXUAIS	37
3.1 DA FILIAÇÃO E SOCIOAFETIVIDADE.....	39
3.2 O DIREITO À PATERNIDADE/MATERNIDADE POR HOMOSSEXUAIS NO CASO DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	43
3.3 RECONHECIMENTO DE FILHOS DE RELAÇÃO HETEROSSEXUAL POR PARCEIRO HOMOSSEXUAL.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado tem por objetivo analisar a possibilidade do reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva por homossexuais no Brasil, elencando principalmente a possibilidade da inseminação artificial por homoafetivos e o reconhecimento do filho de ex-relação heterossexual por parceiro homossexual.

Com as grandes mudanças ocorridas na estrutura familiar em decorrência da modernização da sociedade, surge uma nova discussão em relação aos limites da concessão jurisdicional no âmbito civil. A família, composta pelo modelo tradicional (homem, mulher e filhos) já não é mais o único modelo de família existente ou predominante. As diversificadas composições de família reclamam uma ordem positivada mais atualizada. Exemplo disso é o interesse de os homossexuais em constituir família. Não se tem no ordenamento jurídico brasileiro a abrangência deste fato de forma objetiva e satisfatória, tendo o aplicador do direito acabando por desempenhar cumulativamente a função de legislador para se chegar à justiça. Assim, o presente Trabalho de Conclusão do Curso tem como objetivo elencar a possibilidade do reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva por casais homoafetivos em que uma das partes possui filhos advindos de um relacionamento heterossexual e verificar quais medidas existem para que tais casais possam formar a tão desejada família.

O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de pesquisa em teóricos que abordam o tema, como também em legislação, jurisprudência e artigos da internet.

Para responder a questão norteadora da pesquisa, ou seja, “Se há possibilidade de reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva por homossexuais no Brasil?”, o trabalho foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo versa sobre a família no ordenamento jurídico brasileiro, falando sobre sua formação e trazendo breves apontamentos sobre as novas famílias que surgiram no seio da sociedade: a família multiparental e a família monoparental. O segundo capítulo traz à baila o assunto Sexualidade, contornando os aspectos da homossexualidade, mais especificamente tratando do conceito, abordando por fim, a questão das pessoas heterossexuais que se assumem homossexuais e tratando da união homoafetiva no Brasil. Por derradeiro, o terceiro capítulo trata da paternidade/maternidade socioafetiva por homossexuais no Brasil, destacando a filiação e a socioafetividade e abordando a normatização das técnicas de reprodução sexual por homossexuais no Brasil, assim como a possibilidade do reconhecimento de filhos de relação sexual anterior por parceiro homossexual.

Nessa esteira, para o estudo do tema utilizou-se de um estudo teórico, com ênfase no método dialético. No mais, o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros doutrinários, jurisprudências pátrias, Código Civil, Constituição Federal e artigos científicos atinentes ao tema.

1 A FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Cumprе ressaltar que, durante anos teve-se no ordenamento jurídico brasileiro um conceito de família restrito, estruturada pela composição homem, mulher e filhos. Destarte, essa relação família e sexualidade foi se transformando nas últimas décadas e a família passou a ser estruturada por pessoas do mesmo sexo também, trazendo ao cenário brasileiro não só uma nova relação fática, mas também cobrando um novo posicionamento jurídico em relação ao fato.

Contudo, o Direito de Família não evoluiu de forma satisfatória, visto que passou a reconhecer o casamento homossexual, mas não disciplinou de forma eficaz e objetiva sobre a constituição de família entre pessoas do mesmo sexo, a exemplo da maternidade ou maternidade homossexual e deste reconhecimento perante o mundo jurídico.

1.1 FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A família, considerada pelo filósofo Rousseau (2001, p. 22) como base da sociedade e também a única natural, de acordo com a bíblia sagrada (Gênesis, cap. 2, v. 21/22, *online*) teve sua formação nos primórdios dos tempos, quando Deus tirou a costela de Adão e fez dela uma companheira para aquele homem.

As escrituras sagradas, no livro de Gênesis (cap. 2, vers. 24, *online*) já disciplinavam sobre a formação das famílias quando dizia que o homem deveria deixar seu pai e sua mãe e unir-se à sua mulher, transformando-se em uma só carne, ou seja, vivendo um para o outro e um pelo outro.

Já o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (s.d online) conceitua família como: “Conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins de uma linhagem.”

Doutrinariamente, a família é vista como uma entidade organizada. Nessa Linha, Dias (2015, p.29) leciona que a família é formada por uma construção social a qual se dá de forma organizada, com ordenação psíquica, onde cada indivíduo ocupa seu lugar e cumpre suas funções – lugar de pai, mãe e filhos – os quais mesmo sem estarem biologicamente ligados se consubstanciam num grupo que disciplina regras as quais se exteriorizam como modelo de comportamento.

Na concepção de Farias e Rosenvald (2014, p. 45) a palavra família é derivada do latim *famul*, cujo significado é “conjunto de escravos pertencentes ao mesmo patrão.” Destarte, sobreditos autores afirmam que “referido termo não expressa o conceito atual de família, sendo que esta última assume uma concepção múltipla, plural, fazendo-se referência a uma comunidade formada por um ou mais indivíduos que mantêm uma relação por traços biológicos ou sócio-psico-afetivos, com intenção de estabelecer, eticamente, o desenvolvimento da personalidade de cada um”.

De outro lado, Gonçalves (2012, p. 19) acredita que o vocábulo família compreende aquelas pessoas ligadas por vínculo sanguíneo e que abrange também os ascendentes, descendentes e todos aqueles que procedem de um tronco ancestral comum. Mas ao fim, ressalta que aqueles unidos pela afinidade e pela adoção também são indivíduos que compõem as famílias e de idêntica forma ocorre com os cônjuges, companheiros e parentes afins.

Para Almeida (2012, p.11), a origem de família, no meio social, nasceu da união entre indivíduos dentro da concepção de ‘heterossexualidade’ e para assegurá-la, o casamento veio para estabelecer e limitar os desejos do ser humano. Acrescenta o autor, que durante muito tempo a família só poderia ser estabelecida por meio do casamento, este realizado entre um homem e uma mulher, com o fito de perpetuar a família, primando pelo bem patrimonial.

Já Dias (2000, p. 54) aponta a formação da família sob uma ótica mais atual, destacando o afeto, amor e carinho como fontes basilares da entidade familiar, pugnando em grande parte de sua obra pela aplicação do princípio da igualdade e pela efetiva garantia constitucional da dignidade da pessoa humana:

Comprovada a existência de um relacionamento em que haja vida em comum, coabitação e laços afetivos, está-se à frente de uma entidade familiar, forma de convívio que goza de proteção constitucional, nada justificando que se desqualifique o reconhecimento dela, pois o só fato dos conviventes serem do mesmo sexo não permite que lhes sejam negados os direitos assegurados aos heterossexuais.

Ressalte-se que o conceito de família sofreu alterações ao longo do tempo. Percebe-se que nos em épocas mais remotas, principalmente pela influência do Cristianismo a família só era entendida como dentro dos padrões sociais se fundasse na constituição heterossexual. Todavia, buscou-se após a Constituição

Federal de 1988 garantir aos indivíduos por meio da isonomia e da dignidade da pessoa humana idênticos direitos e uma vida livre de repressões e discriminações. E em detrimento disso, doutrinadores a exemplo de Dias (2015, p. 52, 281 e 423) conceituam família sob a ótica do afeto e da união.

Guassú e Cova (s.d., *online*) reconhece essa evolução por que vem passando o conceito de Família:

O conceito de Família vem passando por significativas mudanças, especialmente a partir da Constituição de 1988. Antes marcado por uma bagagem conceitual extremamente conservadora, o tema evoluiu com a evolução no pensamento, nas atitudes e nas relações socioafetivas, que aos poucos foram incorporadas pelo nosso ordenamento jurídico. Anteriormente a família era vista sob um enfoque patrimonial e era formada exclusivamente pelo matrimônio, ou seja, a família era somente aquela advinda do casamento entre um homem e uma mulher. A família contemporânea, por outro lado, é formada pelo vínculo afetivo e deve ser analisada não somente sob o prisma do Código Civil, mas também pelas disposições e princípios da Constituição Federal, especialmente pelo princípio da dignidade da pessoa humana, bem como sob o enfoque das previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ante tantas mutações sofridas pela instituição da família ao longo do tempo, há uma dificuldade em se estabelecer um conceito. Porém é Unânime o entendimento doutrinário de que a família vem sofrendo modificações ao longo do tempo. Apesar disso, Almeida (2012, p.11) ressalta que as mutações ocorrem por que o contexto social sofre modificações, de outro lado, apregoa Dias (2015, p.29) que a estrutura familiar influencia na organização da sociedade, asseverando, por fim que a influência que a organização social sofre não se dá em torno de outros grupos ou até mesmo de indivíduos isoladamente, mas sim em torno da família.

Sobre as mutações ocorridas e o nova família que se apresenta perante a sociedade, destaca Dias (2015, p.133):

O novo modelo de família funda-se sob os pilares da repersonalização, da afetividade, da pluralidade e do eudonismo, impingindo uma nova roupagem axiológica ao direito de família [...] A família-instituição foi substituída pela família-instrumento, ou seja, ela existe e contribui tanto para o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes, como para o crescimento e formação da própria sociedade, justificando, com isso, a sua proteção pelo Estado.”

Sobre os fatores que influenciam na evolução familiar discorre Beliváquia (*apud* TARTUCE, 2014, p.42):

A família primitiva é vacilante, inconsistente, não toma um caráter fixo e dissolve-se em pouco tempo, ligada que se acha somente pelas energias biológicas. Mas a disciplina social, pouco a pouco, intervém, pela religião, pelos costumes, pelo direito, e, proporcionalmente, aperfeiçoando por moldes mais seguros, mais definíveis e mais resistentes.

Diante disso, importante ressaltar o entendimento hodierno a respeito da família: família é um núcleo existencial integrado por pessoas unidas por um vínculo socioafetivo, teleologicamente vocacionada a permitir a realização plena de seus integrantes (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2011, p.45).

Para Gomes (*apud* OLIVEIRA, 2002, p.72) a evolução pela qual a família passou pode ser dividida em três fases. A primeira, denominada fase pré-industrial, onde primava-se pela atividade produtiva e a família produzia o necessário para seu consumo, onde a casa era o centro de produção, sendo o marido o chefe e protetor da casa, devendo zelar pela proteção, assistência, educação e aprendizado da prole; a segunda fase, a da revolução industrial, onde a família já não mais produz e sim, exerce a atividade fabril, na qual mulher e filhos trabalham igualmente aos homens; e uma terceira fase, a que se vive hodiernamente, do capitalismo avançado, caracterizada pelo consumismo e a busca de satisfação pessoal dos membros.

Foi a partir de todas essas mudanças que a mulher passou a buscar e conquistar seu lugar no mercado de trabalho, o que provoca na sociedade a evolução do pensamento de que o homem é o único provedor da casa e da prole.

Ainda, Gomes (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 79) acrescenta que “a aceitação dessa igualdade subverte a convenção tradicional de governo de família, entranhada nos espíritos pela força da inércia”.

Há que se sobrelevar ainda a mudança ocorrida na estrutura familiar. Sobre essa questão anota Pereira (*apud* OLIVEIRA, 2002, p. 88):

A relevância do amor, do afeto, do ângulo emocional, da convivência respeitosa, da existência recíproca, do prazer da companhia, do desvelo mútuo, sempre em detrimento da união forçada, artificial, hipócrita, doentia, conflitada, destruidora; eis um parâmetro essencial, alicerçante de quase todas as transformações na família e em sua normatização jurídica. Quer-se autenticidade das relações. Rejeita-se a falsidade.

Portanto, deduz-se que a sociedade mudou e continua mudando. Há de se considerar ainda, que a família é a base dessa sociedade, portanto, deve ser a

primeira a receber proteção do Estado, que deve ter uma ordem legislativa atuante, de forma a sempre acompanhar as mudanças sociais, disciplinando sobre as relações sociais de forma objetiva.

1.2 FAMÍLIA MULTIPARENTAL

Em tempos remotos, o único critério adotado para filiação era o biológico, resultante da relação sexual. Com o advento da nova concepção de Direito de Família pautado no reconhecimento das novas relações afetivas existentes na sociedade, surge a família multiparental, a qual nasce com a desconstituição anterior de uma família e o estabelecimento de um novo vínculo familiar.

Gagliano e Pamplona Filho (2011, p. 644) define a multiparentalidade como a situação em que o filho tem mais de um pai e/ou mais de uma mãe, ao mesmo tempo, produzindo-se efeitos jurídicos em relação a todos eles.

Teixeira e Rodrigues (2010, *apud* JANNOTTI *ET AL.*, 2013, p.3) exemplificam algumas situações da multiparentalidade:

A multiparentalidade pode ter como causa o fato de o pai biológico desconhecer o nascimento de seu filho, razão pela qual outra pessoa passa a exercer a função paterno/filial. Outro fator é o surgimento crescente das famílias recompostas, em que pode ocorrer uma superposição de papéis parentais, já que, por vezes, o padrasto/madrasta passa a exercer faticamente a autoridade parental, sem que haja, contudo, o afastamento do genitor do convívio com o filho. É possível, ainda, a multiparentalidade temporal, em que a recomposição familiar ocorre após a morte do pai ou mãe biológico e o padrasto/madrasta passa a exercer esta função. Nesses casos, o registro de nascimento deveria conter o real histórico parental.

Kirch e Copatti (2013, s.p) assevera que reconhecer a multiparentalidade é transpor para o mundo jurídico o que já vem acontecendo no mundo fático. Pois o que se busca na multiparentalidade é o reconhecimento do vínculo afetivo sem que haja a desconstituição do vínculo biológico.

Nesse sentido, Teixeira e Rodrigues (2010, p.204) dispõem:

Em face de uma realidade social que se compõe de todos os tipos de famílias possíveis e de um ordenamento jurídico que autoriza a livre (des)constituição familiar, não há como negar que a existência de famílias reconstituídas representa a possibilidade de uma múltipla vinculação parental de crianças que convivem nesses novos arranjos familiares, porque assimilam a figura do pai e da mãe afim como novas figuras parentais, ao lado de seus pais biológicos. Não reconhecer esses vínculos, construídos

sobre as bases de uma relação socioafetiva, pode igualmente representar ausência de tutela a esses menores em formação.

Na mesma linha, Dias (2011, p. 50) assevera que as famílias multiparentais são constituídas da multiplicidade de vínculos, duplo papel desempenhado pelos casais contemporâneos e acentuado grau de interdependência. E para que essa família adquira estabilidade é necessário que haja a administração de interesses. Entretanto, reforça a autora que a lei esqueceu dessas famílias.

Povoás (2012, p. 9) ressalta que não se tem necessariamente que se escolher entre um ou outro genitor. Aponta como solução adequada e com senso de justiça o reconhecimento do pai/mãe genético e afetivo simultaneamente, fazendo-se valer as consequências jurídicas das relações estabelecidas entre eles.

Entretanto, em 2009 o Tribunal de Rio do Sul, concluiu pela impossibilidade do reconhecimento da família multiparental: (colocar nas referências).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. EFEITOS MERAMENTE PATRIMONIAIS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DO AUTOR EM VER DESCONSTITUÍDA A PATERNIDADE REGISTRAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Considerando que o autor, embora alegue a existência de paternidade socioafetiva, não pretende afastar o liame parental em relação ao pai biológico, o pedido configura-se juridicamente impossível, na medida em que ninguém poderá ser filho de dois pais. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO RECONHECIDA DE OFÍCIO. PROCESSO EXTINTO. RECURSO PREJUDICADO. Apelação Cível, nº 70027112192, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Claudir Fidelis Faccenda, Julgado em 02/04/2009. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, *online*)

Sobreleve-se que o advento da Lei 11.924 de 17 de abril de 2009 que autorizou a averbação do sobrenome do padrasto ou madrastra no registro de nascimento do filho destacou ainda mais a importância das relações afetivas nas no âmbito familiar e se revelou um caminho para uma futura ação de reconhecimento da multiparentalidade.

Repise-se ainda que, o pioneirismo do reconhecimento da multiparentalidade se deu na Comarca de Ariquemes/RO, quando a magistrada Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz, determinou o duplo registro da criança, em nome do pai biológico e do pai socioafetivo, diante de pedido da menor para que a multiparentalidade fosse reconhecida:

[...] a pretendida declaração de inexistência do vínculo parental entre a autora e o pai registro afetivo fatalmente prejudicará seu interesse, que

diga-se, tem prioridade absoluta, e assim também afronta a dignidade da pessoa humana. Não há motivo para ignorar o liame socioafetivo estabelecido durante anos na vida de uma criança, que cresceu e manteve o estado de filha com outra pessoa que não o seu pai biológico, sem se atentar para a evolução do conceito jurídico de filiação, como muito bem ponderou a representante do Ministério Público em seu laborioso estudo. [...] Serve a presente de mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Jarú/RO, para acrescentar no assento de nascimento n. 45.767, fl. 184 do Livro A-097, o nome de [...] na condição de genitor, e de seus pais na qualidade de avós paternos, sem prejuízo da paternidade já reconhecida por [...], passando a autora a chamar-se: [...] (RONDÔNIA, 2012).

Sobredito reconhecimento trouxe ao cenário jurídico a consubstanciação do princípio da dignidade da pessoa humana. Esse novo arranjo familiar não é constituído pelo matrimônio e nem pelos laços sanguíneos, mas sim pelo vínculo de afeto, de comprometimento e cuidado.

Todavia, em relação à multiparentalidade ainda não se alcançou a justiça. Ao tratar do tema com o objetivo de se alcançar o justo, refere-se à justiça subjetiva, tendo em vista que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disciplinou sobre o fato.

Desta feita, Montoro (2006, p. 163) – falta colocar nas referências- leciona sobre o significado de justiça objetiva e subjetiva:

Uma característica, ligada a todas as noções fundamentais, dá ao conceito de justiça certa variedade de significações. Como as noções de ser, verdade, instituição ou direito, o conceito de justiça é análogo. Entre as múltiplas significações de justiça, podemos assinalar duas fundamentais: uma subjetiva e outra objetiva. Muitas vezes falamos da justiça como uma qualidade de pessoa, como virtude ou perfeição subjetiva. Fulano é um homem justo. O senso de justiça é fundamental no magistrado. É nesse sentido que nos referimos à “justiça”, à prudência, à temperança e à coragem como virtudes humanas. Outras vezes empregamos a palavra justiça para designar objetivamente uma qualidade de ordem social. Nesse sentido falamos da justiça de uma lei ou instituição.

Para uma efetivação da multiparentalidade é necessário que se busque a justiça, o bom senso. Pois nada mais justo do que conferir legalidade a um fato que vem demonstrando que as mutações da sociedade carecem de normatização. É o que apregoa Nunes (2013, p. 346) – colocar em referências-, quando afirma que a Justiça é o fim que deve ser buscado pelo ordenamento jurídico e em razão disso, tanto a Ciência do Direito quanto o trabalho do aplicador jurídico assim como de todos aqueles responsáveis pela positivação da norma deve pautar-se na Justiça.

Portanto, reconhecer as famílias multiparentais no ordenamento jurídico é positivar uma realidade constante na sociedade. E a positivação é necessária para que não se trate os casos similares com desigualdade de julgamentos.

1.4 FAMÍLIA MONOPARENTAL

Outra instituição familiar que difere dos padrões tradicionais é a família monoparental. Este arranjo familiar está previsto na Constituição Federal Brasileira (1988), no artigo 226, quando disciplina que é considerada entidade familiar a estrutura formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Esse tipo de organização familiar tem se mostrado cada vez mais evidente na sociedade brasileira, surgindo de fatores como o divórcio, opção pelo não casamento, viuvez, homossexuais com filhos biológicos ou adotivos, entre outros.

Santos e Santos (2009, p.08) ao conceituar família monoparental em seu sentido jurídico três significações fundamentais para o termo família: a amplíssima, a lata e a restrita:

Na acepção amplíssima este termo compreende todas as pessoas que estiverem ligadas pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade, de modo que chega a incluir estranhos. Um exemplo deste fato encontra-se no artigo 1.412, § 2º, do Código Civil, quando trata do direito real de uso e dispõe que “as necessidades da família do usuário compreendem as de seu cônjuge, dos filhos solteiros e das pessoas de seu serviço doméstico”. Outro exemplo repousa na Lei n. 8.112/90, o Estatuto dos Servidores Públicos da União, no seu artigo 2413, onde a família do funcionário não só abrange o cônjuge e os filhos, mas também todas as pessoas que vivam às suas expensas e constem de seu assentamento individual. Na significação lata, considera-se família os cônjuges e sua prole e também os parentes da linha reta ou colateral, bem como os afins. Desta forma é concebida a família pelo Código Civil, quando trata das relações de parentesco. Por fim, no sentido restrito, a família não só compreende o conjunto de pessoas unidas pelo vínculo do matrimônio e da filiação, em resumo, os cônjuges e os filhos, como preceitua o Código Civil nos artigos 1.567 e 1.716, pois também é considerada como família, pelo artigo 226, §4º da Constituição Federal, a monoparental ou unilinear.

Diniz (2002, p.11) preceitua que a família monoparental desmistifica a ideia de um casal com filhos, tendo em vista que nesse tipo de estrutura familiar apenas um dos genitores vivem com o(s) filho(s), em razão da superveniência da viuvez, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento da filiação pelo outro genitor ou

até mesmo pelo desconhecimento de quem seja o genitor, reprodução independente, entre outros.

Oliveira (2002, p.215) afirma que a liberdade que as pessoas tem de se unir e separar é o principal fator responsável pela existência da família monoparental hodierna. Já em relação aos pais viúvos, assevera o autor que esse tipo de família monoparental é mais antiga, tendo em vista que desde a antiguidade o cônjuge supérstite continuava a manter a família. Continua o autor explicando que a família monoparental constituída por adoção é regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90) o qual possibilita a adoção por apenas um indivíduo, independentemente do estado civil, desde que preenchidos os requisitos do art. 42, § 3º, que estabelece que o adotante seja maior de vinte e um anos e conte com mais de dezesseis anos de idade em relação ao adotado. Por derradeiro o autor destaca a família monoparental originada da inseminação artificial, a qual segundo ele é a menos comum, entretanto, existe expectativas de que essa realidade mude com a constante evolução da sociedade.

Todavia, embora aja o exame constitucional dessa família, falta-lhe o reconhecimento civil. Nesse sentido, Santos e Santos (2009, p.17) ressalta que, embora a Constituição tenha garantido a essa família uma ampla tutela isso não ocorreu em relação à Lei Ordinária, pois esta inexistente.

No mesmo sentido é Leite (2003, p.09):

A família monoparental foi reconhecida pelo direito Constitucional, mas não existe nem no Direito Social, nem no Direito Civil. Neste último, a tendência de anular a clássica distinção entre “família legítima” e “família natural” ainda é muito recente para permitir o reconhecimento jurídico da monoparentalidade... Enquanto o Direito Civil não reconhecer a família monoparental como sujeito de direito, o poder público não se vê compelido a auxiliá-la. Não reconhecida, não é levada em consideração, o que tende a agravar seu caráter discriminatório no meio social.

De acordo com Lôbo (2011, p.88), - falta colocar nas referências- em 2008 um terço das famílias eram chefiadas por mulheres e o número de mães nesse tipo de estrutura familiar é predominante enquanto demonstrava-se um declínio dos pais ao longo dos anos na participação dessa composição. Destaca ainda o autor, que a essa entidade familiar são aplicáveis as regras da filiação e do exercício do poder familiar e quanto à relação pais e filhos incidem as mesmas normas atinentes ao Direito de Família. Todavia, quando o filho atinge a maioridade, no caso de morte do

genitor ou de constituição de nova família pelo filho, a estrutura familiar monoparental se encerra.

Portanto, a família monoparental é uma instituição familiar mais aceita perante o ordenamento jurídico, bastando tão somente ter previsão legislativa em todos os seus aspectos.

2 SEXUALIDADE

Com as alterações sofridas pela família e sexualidade durante as últimas décadas, o cenário desta última encontra-se mais harmonioso embora ainda não ocupe um lugar de aceitação social, sobretudo em razão do preconceito existente e dos constrangimentos relacionados à sexualidade.

Diante disso, é preciso analisar a sexualidade diante do ponto de vista jurídico e social com o fito de compreender a inserção desta na cultura da sociedade.

2.1 A SEXUALIDADE SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA

O termo sexualidade sofreu variações ao longo do tempo e também muda de acordo com a classe social. Diante disso, é necessário que se observe a sexualidade dentro do contexto histórico e social em que estão inseridas as pessoas, observando, por exemplo, a influência que o meio exerce sobre o indivíduo.

Segundo Altman (2000, p. 107):

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos [...].

De acordo com Quintella e Dietrich (*apud* SPITZNER, 2005, p.), a sexualidade está presente desde o nascimento até a morte, porém a forma de vivenciá-la é que se modifica no decorrer da história da humanidade, influenciando os relacionamentos entre os sexos.

Todavia, na contemporaneidade a sexualidade é influenciada através da tecnologia e dos meios de comunicação em massa, como por exemplo, as redes televisivas, internet...

Nesse sentido Carvalho, Rodrigues e Medrado (2005 *apud* MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011, p. 02) disciplinam que atualmente, o que demarca a sexualidade humana é a proporção que o aspecto biológico produz no âmbito social, cultural e histórico, em que o indivíduo está introduzido.

Foucault (2003, p. 09) ao tratar do tema, afirma que a sexualidade é ponderadamente contida, tendo em vista que no seio da família tradicional é tratada com muito pudor, limitando o casal a passar aos filhos uma visão sobre o sexo pautada na reprodução. Acrescenta o autor, que na família conjugal não se fala sobre a sexualidade e o único lugar que se reconhece o sexo é o quarto dos pais: “ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos” (FOUCAULT, 2003, p.09).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde:

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não de orgasmo. A sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações, portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria 2 ser considerada como direito humano básico. (OMS, 2010, *online*).

Na língua portuguesa a palavra sexualidade é utilizada para se referir à opção sexual do indivíduo, devendo-se considerar que vários fatores podem influenciar na sexualidade do sujeito, sejam eles genéticos, culturais, afetivos ou sentimentais.

De acordo com o dicionário *online* da Língua Portuguesa o termo sexualidade significa:

Conjunto de características morfológicas, fisiológicas e psicológicas relacionadas com o sexo; conjunto dos fenômenos relativos ao instinto sexual; sensualidade. (DICIONÁRIO *ONLINE*)

Rios (2006, s.p) defende que durante a história, percebeu-se que a relação entre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos necessitava evoluir. Acrescenta o autor, que a visão desenvolvida sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos acaba por sintetizar a análise jurídica da sexualidade sob a conjuntura individual de um certo grupo de pessoas, quais sejam, as mulheres, visando garantir que o ordenamento jurídico as prive da discriminação, promovendo a igualdade entre os sexos. Entretanto, acredita o autor que embora seja importante essa proteção dada às mulheres, outros grupos ficam sem o devido amparo e atenção dentro da sociedade, a exemplo dos homossexuais, o que impede o pleno desenvolvimento do

direito da sexualidade. Por derradeiro, acrescenta que a sexualidade não pode ser vista sob o prisma do gênero e do sexo e acredita que o direito da sexualidade não pode se encerrar na proteção de identidades.

Diante do exposto, infere-se que a sexualidade ainda é timidamente tratada no âmbito da família tradicional, tendo em vistas que as discussões sobre o tema passaram a ser mais recorrentes na sociedade moderna. Todavia, bate frequentemente às portas dos Tribunais reclamando posicionamento justo sobre o assunto.

2.2 GÊNERO E SEXUALIDADE

A ideia de gênero de se disseminou com mais intensidade quando Beauvoir (1980, p.137) lançou a frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Para Louro (2008, p. 17), a frase passou inicialmente a marcar os movimentos feministas e as mulheres a usavam para demonstrar que tornar-se mulher dependia de uma construção cultural e do modo como elas se impunham no mundo.

O autor destaca ainda, que a frase foi alargada e passou a abranger também o universo masculino, tendo em vista que ninguém nasce homem, mas constrói-se homem ao longo da vida.

Dessa forma, sobredito autor acredita que a construção do gênero e sexualidade dá-se ao longo do tempo e de maneira infundável durante toda a vida do ser humano.

Embora se sobressalte a relevância das construções culturais e sociais na constituição dos sujeitos considerados membros da sociedade, ainda há uma dificuldade nas tentativas de se explicar as estruturas que parecem tão naturalizadas nesse mundo social, tal qual acontece quando se busca ilustrar o corpo, o sexo, as diferenças entre machos e fêmeas, entre outros, a partir de seu aspecto social. Antes que se fale em homossexualidade é necessário que se adentre ao contexto da diferença entre gênero e sexualidade. Termos estes, que por muitas vezes são tratados como sinônimos mas que de acordo com alguns doutrinadores diferem. Desta forma, parte da doutrina acredita que gênero está ligado ao ser homem e mulher, já sexualidade está ligado ao fato de ser macho e fêmea, mais especificamente tem a ver com a opção sexual do indivíduo. Diante disso, dessume-

se que a denominação homem e mulher, heterossexual e homossexual (sexo) são espécies derivada do macho ou fêmea (gênero).

Grossi (1998, *apud* MEGGIATO e GOMES, 2007, p. 03 e 09) acentua a diferença existente entre gênero e sexualidade, pontuando a confusão que por muitas vezes é feita com esses dois termos, o quais são usados incorretamente como sinônimos:

Costuma-se associar a sexualidade ao gênero como se fossem duas coisas coladas uma a outra (...) as práticas eróticas humanas são também culturalmente determinadas. Para a maior parte das pessoas em nossa cultura a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de indivíduos de um sexo pelo o de outro é algo “instintivo” da espécie humana em vista de sua autopropagação pela reprodução. Sexo e reprodução são, portanto, vistos nas sociedades Ocidentais como intrinsecamente relacionados entre si pois, se considera a reprodução como envolvendo apenas os dois indivíduos de sexos diferentes, que se relacionam sexualmente.

[...] Todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta “massa de convicções”. Este núcleo de nossa identidade de gênero se constrói em nossa socialização a partir do momento da rotulação do bebê, enquanto menino ou menina. Isto se dá no momento de nascer quando se atribui um nome a criança que acaba de nascer e esta passa a ser tratada imediatamente como menina ou menino. A partir deste assinalamento de sexo, socialmente se esperará da criança comportamento condizentes a ele.

De acordo com Torres (2010, *apud* GUIMARÃES, 2010, sp.) o gênero transcende o sexo em relação ao aspecto genital no que que concerne ao ser masculino e feminino, asseverando que uma criança aprende a ser menino ou menina e que isso ocorre através de construção de vida ou aprendizado. Acrescenta, que a natureza apenas cria mas é a sociedade quem estabelece as normas e cabe ao indivíduo segui-las ou inverter o sinal sexual e demonstrar que não nasceu homem.

Nesse sentido, Guimarães (2010, s.p) assevera que a formação do gênero serve como alicerce para a formação da sexualidade, visto que o indivíduo estabelece esta ultima com base na percepção sobre seu sexo.

Já Butler (2010, p. 20/26) acredita que a ilustração do gênero foi sempre uma questão objeto de problemas no meio social, de modo que a concepção usada há muito tempo de gênero construída em seu sexo oposto é um fato preestabelecido no qual gênero se finda. Entretanto, acrescenta a autora que está-se diante de uma

ordem preestabelecida socialmente que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

Citada autora, destaca ainda que é preciso transcender a ideia de gêneros preestabelecida, pois estes não podem ser vistos sob a égide de verdade social, mas sim, como tentativas políticas de se explicar as categorias de identidade. É bem verdade que segundo Butler o gênero é por si próprio uma norma.

Dessa forma, a autora acredita que a noção de gênero seria produzir uma falsa impressão de imobilidade do pensamento de que a heterossexualidade estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes: homem e mulher.

Por derradeiro, ao lecionar sobre gêneros assevera que são explicações culturais dadas ao corpo sexuado: “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos femininos ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2010, p.24).

Dessume-se, portanto, que no entendimento de sobredita autora hodiernamente a distinção entre sexo e gênero revela-se nenhuma.

Todavia, para Meggiato e Gomes (2007, p.03) a ideia de gênero está associada a diferença entre homem e mulher, fazendo parte de uma construção cultural associado ao sexo biológico fêmea e macho.

Ressalte também o entendimento de Arán e Peixoto (2007, p.134) sobre gênero e sexo:

nomeação do sexo é um ato performativo de dominação e correção que institui uma realidade social [...] O gênero é uma realidade tenuous construída através do tempo por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos.

Todavia Butler (2010, p.24) salienta que gênero reflete o sexo ou é por ele restrito, mantendo os dois uma ligação parecida, preferindo ele dizer que a ligação existente entre os dois é mimética. Acredita ele que deve-se desconstruir o gênero para desconstruir o sexo, ou o binarismo que explicita gênero e sexo como opostos.

Na verdade, Butler acredita não existir uma natureza que defina identidade sexual e identidade de gênero, pois ambas são frutos de uma construção social e dos mais variados discursos, sejam eles religiosos, científicos ou puramente desprovidos de qualquer conhecimento mais aprofundado.

Segundo Louro (2008, p. 17/18) difícil falar de gênero e sexualidade, pois esse embate está em contínua transformação. Quanto aos gêneros e sexualidade, o desafio hodiernamente não se resume apenas no fato de que ser impossível lidar com as multiplicações de posições ou lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). Para ele, o difícil seja mesmo reconhecer que as delimitações de gênero e sexualidade vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado reconhecer que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver. (mudar)

2.3 HOMOSSEXUALIDADE

Para Silva e Mello (2011, p.16) a sociedade, ainda acostumada a somente aceitar as relações de convivência e os papéis de gênero na forma tradicional e mantém grande dificuldade em aceitar que a identidade de gênero feminina é mantida entre lésbicas assim como a masculina pode ser preservada entre gays.

A homossexualidade embora seja realidade indubitavelmente presente na sociedade, que merece respeito e aceitação, ainda padece de garantias para que se firme os direitos assegurados constitucionalmente de liberdade e igualdade, a fim de que o preconceito seja extinto.

Para Meggiato e Gomes (2007, p.08) a homossexualidade não é uma condição fixa do sujeito, outrossim trata-se de um desejo e uma possibilidade presente em grande maioria dos indivíduos que desejam ao seu lado uma pessoa do mesmo sexo. Acrescenta o autor que não se pode imaginar a homossexualidade como uma condição imutável, destacando que é uma possibilidade erótica que figura na parte do reconhecimento afetivo e social do sujeito.

Sobreleve-se que o assunto homossexualidade vem sendo discutido nas mídias, nas escolas, nos artigos, nas revistas, nas ruas, enfim, em todos os meios sociais, seja com o objetivo de combater o preconceito ou com o fito de condenar o comportamento homoafetivo e banalizar a questão. Ante todo esse embate, muitos doutrinadores se prestaram a estudar a homossexualidade, com o fito de descobrir

se trata-se de escolha ou de comportamento inerente ao indivíduo, o qual já nasce com sua opção sexual definida.

Doberstein (2011, p. 14) ao tentar definir a homossexualidade assevera que homossexual é aquele que se relaciona sexualmente e afetivamente com outro indivíduo do mesmo sexo que o seu.

Já Dias (2015, p.271), acredita a homossexualidade não deve ser explicada e nem deve-se buscar sua causa, pois é uma forma de viver:

A homossexualidade sempre existiu. Não é crime nem pecado; não é uma doença nem um vício. Também não é um mal contagioso, nada justificando a dificuldade que as pessoas têm de conviver com homossexuais. É simplesmente uma outra forma de viver. A origem não se conhece. Aliás, nem interessa, pois, quando se buscam causas, parece que se está atrás de um remédio, de um tratamento para encontrar cura para algum mal.

A discussão sobre homossexualidade conquista cada vez mais espaço. Na mídia televisiva, nos tribunais, nas ruas, movimentos, nas conversas cotidianas e nas escolas essa questão é levantada e geralmente gera controvérsias, baseadas em opiniões formadas e por muitas vezes, carregada de preconceito. Chega-se a questionar inclusive, se trata-se de um grupo minoritário na contemporaneidade.

Todavia é possível que esse comportamento sexual sempre tenha gerado polêmica no seio da sociedade? A homossexualidade é uma realidade hodierna ou faz parte da vida social desde as épocas mais antigas?

Remontando aos tempos mais antigos pode-se perceber que o afeto e prática sexual entre pessoas do mesmo sexo não se distinguiam naquele período.

De acordo com Fernandes (2011, *apud* MOURA, 2011, p.15) a homossexualidade era comum entre homens e mulheres e sempre esteve presente na sociedade, desde as épocas mais remotas.

Nesse sentido é Moura (2011, p.14) desde os primórdios da humanidade a homossexualidade existe, pois a orientação sexual é subjetiva.

Na mesma linha Rodrigues e Linha (2008, s.p) com brevidade e objetividade, descreve a homossexualidade na história:

Na Grécia e na Roma da Antiguidade, era absolutamente normal um homem mais velho ter relações sexuais com um mais jovem. O filósofo grego Sócrates (469-399), adepto do amor homossexual, pregava que o coito anal era a melhor forma de inspiração – e o sexo heterossexual, por sua vez, servia apenas para procriar. Para a educação dos jovens

atenienses, esperava-se que os adolescentes aceitassem a amizade e os laços de amor com homens mais velhos, para absorver suas virtudes e seus conhecimentos de filosofia. Após os 12 anos, desde que o garoto concordasse, transformava-se em um parceiro passivo até por volta dos 18 anos, com a aprovação de sua família. Normalmente, aos 25 tornava-se um homem – e aí esperava-se que assumisse o papel ativo.[...]

[...] Entre os romanos, os ideais amorosos eram equivalentes aos dos gregos. A pederastia (relação entre um homem adulto e um rapaz mais jovem) era encarada como um sentimento puro. No entanto, se a ordem fosse subvertida e um homem mais velho mantivesse relações sexuais com outro, estava estabelecida sua desgraça – os adultos passivos eram encarados com desprezo por toda a sociedade, a ponto de o sujeito ser impedido de exercer cargos públicos.[...]

[...] Boa parte do modo como os povos da Antiguidade encaravam o amor entre pessoas do mesmo sexo pode ser explicada – ou, ao menos, entendida – se levarmos em conta suas crenças. Na mitologia grega, romana ou entre os deuses hindus e babilônios, por exemplo, a homossexualidade existia. Muitos deuses antigos não têm sexo definido. Alguns, como o popularíssimo hindu Ganesh, da fortuna, teriam até mesmo nascido de uma relação entre duas divindades femininas. Não é nada difícil perceber que, na Antiguidade, o sexo não tinha como objetivo exclusivo a procriação. Isso começou a mudar, porém, com o advento do cristianismo.

De acordo com Moreira Filho e Madrid (2009, p.06) em muitas outras civilizações a homossexualidade estava presente:

Não só nestas duas grandes civilizações, Grécia Antiga e Roma, que se verificavam as relações homossexuais de forma natural, o mesmo também ocorria no Oriente. Na Índia, que em razão dos deuses serem afetiva e sexualmente bissexuais, já que existiam deuses hermafroditas, travestidas e outras que mudavam de sexo, que acabou por influenciar a população no mesmo sentido. Para os indianos, o sexo não era visto somente para procriação, mas para a obtenção de prazer e poder, de tal forma que a relação entre semelhantes era natural, pois nesta relação eles estavam em busca do prazer, sendo que este prazer estava mais ligado ao misticismo, pois com o orgasmo seria possível compreender os enigmas de seus deus. Por celebrarem o prazer sexual, os indianos descreviam pormenorizadamente posições sexuais em que se poderia alcançar um maior prazer, prova disto é famoso texto “Kamasutra” que descreve inúmeras posições sexuais. Assim, a homossexualidade/bissexualidade sempre foi tratado de forma natural, porém sofrendo algumas oposições sem maior significância. Na China também se verifica que as relações homossexuais eram tratadas de forma natural. A homossexualidade era influenciados por seus imperadores, sendo que cada imperador tinha inúmeros “favoritos”, sendo que havia uma grande disputa na corte para se tornar um favorito, já que em consequência da relação do imperador com o seu favorito, este era favorecido com riqueza e prestígio. O mesmo ocorria no Japão, que não tem uma visão pecaminosa das relações homossexuais.

Nesse sentido é Pereira (2008 *apud* MAROLA; SANCHES e CARDOSO 2011, p. 01) a história da sexualidade no Ocidente aponta que na antiguidade grega e romana vivenciava-se uma liberdade sexual sem referência à noção de pecado ou da moral, pois se vivia o completo prazer tendo o sexo tanto para a reprodução

como também para busca de sentimentos profundos do amor, assim como o prazer sexual e a sensualidade.

Conduto, foi a partir do surgimento do Cristianismo que homossexualidade nessas civilizações começou a mudar. O cristianismo repudiava/repudia a prática de relações baseadas na troca íntima de afeto entre pessoas do mesmo sexo.

Moreira Filho e Madrid (2009, p.06) explica como esse contexto da homossexualidade sofreu alterações:

Foi no século V, com Justiniano que surgiu as primeiras leis de repressão à homossexualidade, que apenava os seus praticantes com a castração e fogueira.

No mesmo sentido Lacerda Neto (2007, s.p) continua a homossexualidade passou a ser censurada com o surgimento do Cristianismo, o qual trouxe à baila a figura da homofobia que vem transcendendo os tempos.

Ainda Lacerda Neto (2008, apud MOREIRA FILHO; MADRID, 2009, p.07) afirma:

A igreja católica reprovava a homossexualidade, como mais uma dentre outras atividades sexuais, sendo os mais graves o adultério e o incesto. Passou a reprová-lo com maior intensidade no século XII, época em que S. Anselmo reputava-o tão difundido, que ninguém dele se envergonhava (ao tempo, notabilizou-se a paixão de Ricardo I, Coração de Leão, da Inglaterra, por Felipe II, da França): pelo Concílio de Latrão (1.179), os padres homossexuais perderiam a sua condição clerical e seriam confinados em mosteiros, vitaliciamente, enquanto os leigos seriam excomungados.

Sobre o tema referencia Lima (1996 apud MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011, p. 01) com a ascensão do Cristianismo, construiu-se uma moralidade permanente, assentada na castidade e no casamento, reforçando a recusa do prazer sexual que passou a ser reduzido em práticas sexuais com estreitos limites procriadores.

Continua Pereira (2008 apud MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011, p. 01):

Michel Foucault afirmou que o cristianismo contribuiu para a construção de novas técnicas para impor essa moral. Essa postura coercitiva e silenciosa sobre a sexualidade perdurou até que Freud, no século XX, abriu “novas perspectivas para o estudo das pulsões sexuais” e a partir da medicina, conseguiu se livrar das limitações impostas pelo moralismo cristão.

Para alguns estudiosos, a aversão do Cristianismo ao homossexualismo tratava-se de uma questão política e que a religião era utilizada apenas como meio de induzir as pessoas a seguir o pensamento de repulsa.

Nessa Linha, Spencer (1999, p. 74) afirma:

O historiador da corte de Justiniano, Procópio, alegava que a motivação dessa legislação (impopular e que pouco fez para deter o comportamento homossexual) era política e não religiosa, já que prisões sob essa acusação eram um método conveniente para afastar pessoas indesejáveis.

Porém, a cada período histórico que se passava o homossexualismo era visto com maior rigor e condenado com mais severidade.

Verdon (2014, s.p) explica essa passagem:

A condenação seria mais pesada a partir do século XIII. Um pouco antes, o conselho de Naplouse, em 1120, decretou que todo adulto condenado por ter cometido voluntariamente o pecado de sodomia seria queimado na fogueira. O III Concílio de Latrão, em 1179, previu que todo indivíduo que tivesse cometido um ato de incontinência contra a natureza seria reduzido ao estado laico ou relegado a um mosteiro, se fosse um clérigo; excomungado e totalmente excluído da comunidade de fiéis, se fosse um laico.[...]

[...] No final da Idade Média, uma época em que era necessário procriar nos países despovoados por epidemias e guerras, o homossexualismo foi objeto das garras da justiça. Em 1343, na região de Lyon, Mathieu de Colombetes foi condenado a uma multa de 300 florins, cem vezes mais do que a multa prevista para um concubinato.[...]

[...] Nos séculos XIV e XV, as autoridades se inquietavam com a progressão do homossexualismo. O discurso médico era ambíguo. Não ignorava completamente a prática, mas se mostrava discreto em seus comentários sobre o *Cânon* de Avicena, que a menciona por repetidas vezes. Jacques Despars, médico do século XV, foi mais explícito. Amplificando o tratamento preconizado por Avicena, detalhava os castigos aos quais os homossexuais deveriam ser submetidos. Mantinha, porém, um prudente silêncio em relação à pedofilia. Depois de ter conhecido o texto aviceniano, concluiu que poderia relatar muitos outros tipos de coitos sodomitas, mas preferiu se calar. A natureza humana, com sua tendência ao mal e desejosa de novas concupiscências, correria riscos se decidisse praticá-los.[...]

Portanto, pode-se deduzir que a homossexualidade é uma realidade presente desde os primórdios, tendo passado a ser repudiada em virtude do Cristianismo. Este último talvez seja o único responsável pela sobrecarga de preconceito existente hodiernamente e pelo fato de as pessoas homossexuais viverem reprimidas, tendo que travar severas lutas para conquistar seu espaço na

sociedade e no mundo jurídico, a fim de conviver sendo respeitado e tratado com igualdade.

2.4 PESSOAS HETEROSSEXUAIS QUE SE ASSUMEM HOMOSSEXUAIS

No Brasil, a sociedade é constituída principalmente de uma base familiar heterossexual, mais precisamente por tratar-se de um país com grande índice de pessoas religiosas, com estruturas fincadas no Cristianismo, que como visto nos capítulo anterior, é o principal responsável pela construção da ideia da homossexualidade como realidade repudiável.

Dias (2015, p.271) aponta essa visão que a igreja traz em relação à heterossexualidade e homossexualidade:

Em face do repúdio social, fruto da rejeição de origem religiosa, as uniões de pessoas do mesmo sexo receberam, ao longo da história, um sem-número de rotulações pejorativas e discriminatórias. A igreja fez do casamento uma forma de propagar a fé cristã: cresci e multiplicai-vos. A infertilidade dos vínculos homossexuais foi o que levou ao repúdio e à marginalização.

Segundo Ferreira *apud* Santos (2007, p. 01) “hetero” advém do grego e significa ‘outro’, ‘diferente’. Diante disso, depreende-se que heterossexual significa pessoa que se interessa ou se relaciona com outro do sexo oposto.

A heterossexualidade é considerada como comportamento normal ou socialmente aceitável. Certo é que, a relação que foge desse padrão é considerada ‘anormal’ pela sociedade brasileira e muitas vezes, não aceita com facilidade, como é o caso da homossexualidade

Navarro (2007, p.15/16) ao falar da heterossexualidade traz à baila o carácter de “normalidade” que ser hétero representa na sociedade:

A norma heterossexual, a disciplinarização da prática sexual dentro de padrões delimitados por valores morais historicamente datados é o instrumento político de dominação; além de tornar-se instituição normatizadora, a heterossexualidade adquire carácter de verdade, de sexo e sexualidade verdadeiros.

Entre as mais variadas hipóteses com o cunho de se encontrar anormalidade para se explicar a homossexualidade, surge o questionamento se

trata-se de uma doença mental, desvio comportamental, questão biogenética determinada pela maior/menor quantidade de hormônio masculino recebido pelo feto ou que trata-se tão somente de uma escolha do indivíduo.

Percebe-se que a sociedade tem dificuldade de aceitar a homossexualidade como fato normal e como fazendo parte da personalidade do indivíduo.

Para Fernandes (2011, *apud* MOURA, 2011, p.15) a orientação sexual de uma pessoa nada tem a ver com uma orientação ou instrução a sentir desejo por um ou outro sexo, mas sim, com a tendência a determinado sexo. Ele acredita que a opção sexual já nasce com a pessoa, cresce com ela e morre com ela. E na tentativa de explicar a homossexualidade preceitua:

[...] Não se sabe ao certo o que desencadeia a orientação sexual. Os estudos dizem que a homossexualidade, por exemplo, pode existir por vários fatores, mas nenhum estudo provou nada que a defina. Em 1973 a Associação psiquiátrica Americana reconheceu que a homossexualidade não era uma doença mental, o que não deixa de ser um bom recado para aqueles que adoram fazer qualquer julgamento sobre os homossexuais.

Moris (2008. p. 41) ao pontuar que ser homossexual não é uma questão de escolha destaca:

Ninguém escolhe ser hétero ou homossexual, mas, apesar disso, a orientação homoafetiva de alguém é muitas vezes interpretada como uma “opção”, ou uma “escolha”, como se fosse possível escolher ser homo ou heterossexual, como se esta não fosse uma possibilidade de orientação sexual, e que a única orientação sexual “normal e natural” seria a heterossexual.

Em virtude de opiniões formadas e inaceitações da realidade latente no que condiz ao afeto entre duas pessoas do mesmo sexo, os casais homoafetivos em sua maioria, vivem reprimidos, mantendo relações de forma sigilosa para que não venham a sofrer retalhações sociais. Agem guardando-se dos olhos preconceituosos da sociedade, sempre amedrontados, escodem suas relações amorosas do restante da “tribo” por não considerar-se “normal”.

Nesse sentido, Kahhale (2007 *apud* MAROLA; SANCHES; CARDOSO, 2011, p.02) destaca a ideia da homossexualidade como um processo simbólico e histórico e registra que a constituição da identidade de um sujeito se manifesta na forma como ele vive as questões de trato íntimo, considerando as questões morais e éticas do grupo social em que está inserido.

Guimarães (2009, s.p) ao falar sobre identidade sexual registra esse preconceito sofrido pelo homossexual, apontando os caminhos tortuosos que este sofre para se descobrir e revelar sua orientação:

Considerando que as identidades dos homossexuais, *a priori*, não são construídas por eles, e sim por uma sociedade heterossexual, e que só depois de eles terem passado por este agressivo e ameaçador processo de construção da sua identidade é que se poderá tomar consciência das regras que ditam quaisquer negociação que envolvam homossexuais, inclusive da sua identidade enquanto tal, podemos então compreender o que torna ainda mais dificultosa a sua identificação enquanto homossexual e a reprodução em escala cada vez maior de discursos que colaboram justamente para o contrário: a discriminação, o preconceito.

Denota-se que em muitas situações a pessoa não se descobre homossexual, ela apenas esconde sua orientação para se resguardar do preconceito social, das retaliações, da exclusão do seio da sociedade, das agressividades perpetradas por grupos preconceituosos, das convicções religiosas...

Moris (2008, p. 62 e 69) ressalta a dificuldade que o ser humano pode sofrer ao assumir sua homossexualidade:

O homem que mantém relacionamento homoafetivo que é pai porque teve filho de um relacionamento heterossexual anterior – casou-se – enfrenta vários conflitos: conscientizar de sua própria sexualidade, se assumir numa identidade homoafetiva; ter de fazer escolhas com relação às amizades heterossexuais, e avaliar para quem contar sobre sua homoafetividade; enfrentar as reações adversas de sua esposa; ser rejeitado pela comunidade gay por não ser um verdadeiro gay, já que foi casado; revelar sua identidade homoafetiva para familiares, filhos, no emprego, na comunidade.

Doberstein (2011, p. 18) aponta o preconceito ao falar sobre homossexualidade, destacando ainda, o medo e a dificuldade que o homossexual enfrenta de assumir sua orientação:

[...] a própria sociedade não se encontra preparada para a visualização das homossexualidades, o preconceito nas pessoas é tão grande e internalizado que os próprios homossexuais evitam muitas vezes se mostrarem publicamente por medo de retaliações, preconceitos ou violência.

Por vezes, os próprios homossexuais tentam se convencer de que sua orientação é apenas uma questão de escolha e tentam mudar a realidade, seja mantendo relacionamentos heterossexuais ou mesmo se abstenendo de

relacionamentos por um longo período da vida. Entretanto, essas tentativas de fuga da realidade restam frustradas e em detrimento disso, surge a ideia de que o heterossexual se descobre homossexual em certo momento da vida e que a orientação é apenas uma questão de escolha.

Nesse sentido é Moris (2008, p. 42):

Embora sejamos todos subordinados a um sistema amplo, sendo criados e educados sob um ideário heteronormativo, heterossexista e homofóbico, este é muito mais implacável com aquele indivíduo que possui aspectos contrários aos que esse imaginário heterossexual preconiza. Uma das particularidades mais flagrantes da vida de um homem pai, que se relaciona homoafetivamente, é que isso confronta as normas sociais e padrões de gênero; devido a essa singularidade ele será escrutinado, estigmatizado, além de constituir um grupo minoritário de masculinidade subordinada. Psicologicamente isso é central na vida desse homem, com possibilidade de engendrar enfrentamentos perversos para seu desenvolvimento. Ou ele nega, ou esconde, mas ele tem de fazer algo para lidar com aspectos que são seus – sua homoafetividade – e que não são bem-vistos. Ele pode achar que é só uma fase, como os outros meninos, que depois passa; pode achar que ele é errado, que isso é errado e inconscientemente nega, pois não aceita. E assim sua vida, suas ações, suas relações e a própria personalidade é influenciada pela dinâmica de manter sua homoafetividade secreta. Quando menino ele depara, ao longo de seu desenvolvimento, primeiro com a própria orientação que de início não pode ser compreendida como sua, já que está fora dos padrões normativos nos quais ele, menino, homem, cresceu. Na juventude tende a se perceber como os demais, se igualar com os outros garotos, acatando internamente as normas de masculinidade que ditam quais as regras do jogo para ser um homem. Esse jovem tende a não confrontar o que está estabelecido; internamente pode acabar negando seus próprios anseios, desejos e pode não se perceber um homossexual. Essa consciência em geral acontece mais tarde na vida, quando adulto jovem, como assinala Ritch Savin-Williams (1996), pela própria característica dos aspectos desenvolvimentais de sexualidade. Devido a essa dinâmica própria da estruturação da personalidade é bastante comum esse jovem se apaixonar por uma mulher, ter filhos dessa relação e só então assumir a homoafetividade. E assim terá de lidar com o impacto dos segredos em sua personalidade, em sua vida e nas relações familiares e pessoais que estabelece.

Portanto, deduz-se que a pessoa que levou uma vida heterossexual e decide assumir sua identidade, na verdade não se descobre homossexual, mas apenas se revela como tal.

2.5 UNIÃO DE PESSOAS DO MESMO SEXO NO DIREITO BRASILEIRO

As mudanças na família e na sociedade reclamam a proteção do Estado a fim de que os indivíduos em sua plenitude possam ter seus direitos garantidos e,

principalmente, deixem de ser vítimas do preconceito decorrente de sua orientação sexual.

Com o fito de dirimir os conflitos judiciais decorrentes das novas estruturas familiares, no ano de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva e sua inclusão como entidade familiar ao pronunciarem julgamento da ADPF nº 132-RJ pela ADI nº 4.277-DF. Nesse diapasão, os Ministros do Supremo reconheceram o casamento homossexual no Brasil. Sobreleve-se a ementa do julgamento:

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Perda parcial de objeto. Recebimento, na parte remanescente, como ação direta de inconstitucionalidade. União homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico. Convergência de objetos entre ações de natureza abstrata. Julgamento conjunto. Encampação dos fundamentos da ADPF nº 132-RJ pela adi nº 4.277-DF, com a finalidade de conferir “interpretação conforme a constituição” ao art. 1.723 do código civil. Atendimento das condições da ação. 2. Proibição de discriminação das pessoas em razão do sexo seja no plano da dicotomia homem/mulher (gênero), seja no plano da orientação sexual de cada qual deles. A proibição do preconceito como capítulo do constitucionalismo fraternal. Homenagem ao pluralismo como valor sócio-político-cultural. Liberdade para dispor da própria sexualidade, inserida na categoria dos direitos fundamentais do indivíduo, expressão que é da autonomia de vontade. Direito à intimidade e à vida privada. Cláusula pétrea.

O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de ‘promover o bem de todos’. [...] Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da ‘dignidade da pessoa humana’: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO EMPRESTA AO SUBSTANTIVO “FAMÍLIA” NENHUM SIGNIFICADO ORTODOXO OU DA PRÓPRIA TÉCNICA JURÍDICA. A FAMÍLIA COMO CATEGORIA SÓCIO-CULTURAL E PRINCÍPIO ESPIRITUAL. DIREITO SUBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. INTERPRETAÇÃO NÃO-REDUCIONISTA.

O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. Ênfase constitucional à instituição da família. [...] A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão ‘família’, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. [...]. Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família. [...] DIVERGÊNCIAS LATERAIS QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO.

Anotação de que os Ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso convergiram no particular entendimento da impossibilidade de ortodoxo enquadramento da união homoafetiva nas espécies de família constitucionalmente estabelecidas. Sem embargo, reconheceram a união entre parceiros do mesmo sexo como uma nova forma de entidade familiar. Matéria aberta à conformação legislativa, sem prejuízo do reconhecimento da imediata auto-aplicabilidade da Constituição. (BRASIL, 2011, *online*).

Portanto, os Ministros proferiram entendimento de que reconhecer a união homoafetiva não é contradizer a Constituição, pois esta não impõe limitações quanto a constituição da família. Ao contrário, diante de tal entendimento dessume-se que reconhecer a união homoafetiva é responder aos anseios sociais e cumprir o preceito constitucional de igualdade entre os sexos.

Cumpra registrar que, a ordem jurídica brasileira ainda não positivou a respeito da união homoafetiva, embora o Poder Judiciário seja incessantemente instado a resolver conflitos relacionados a esta união. Confirmando isso, têm-se o julgado abaixo colacionado:

DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO AFETIVA ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO CUMULADA COM PARTILHA DE BENS EPEDIDO DE ALIMENTOS. PRESUNÇÃO DE ESFORÇO COMUM. 1. Despida de normatividade, a união afetiva constituída entre pessoas de mesmo sexo tem batido às portas do Poder Judiciário ante a necessidade de tutela. Essa circunstância não pode ser ignorada, seja pelo legislador, seja pelo julgador, os quais devem estar preparados para regular as relações contextualizadas em uma sociedade pós-moderna, com estruturas de convívio cada vez mais complexas, a fim de albergar, na esfera de entidade familiar, os mais diversos arranjos vivenciais. 2. Os princípios da igualdade e da dignidade humana, que têm como função principal a promoção da autodeterminação e impõem tratamento igualitário entre as diferentes estruturas de convívio sob o âmbito do direito de família, justificam o reconhecimento das parcerias afetivas entre homossexuais como mais uma das várias modalidades de entidade familiar. 3. O art. 4º da LICC permite a equidade na busca da Justiça. O manejo da analogia frente à lacuna da lei é perfeitamente aceitável para alavancar, como entidades familiares, as uniões de afeto entre pessoas do mesmo sexo. Para ensejar o reconhecimento, como entidades familiares, é de rigor a demonstração inequívoca da presença dos elementos essenciais à caracterização de entidade familiar diversa e que serve, na hipótese, como parâmetro diante do vazio legal - a de união estável - com a evidente exceção da diversidade de sexos. 4. Demonstrada a convivência, entre duas pessoas do mesmo sexo, pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família, sem a ocorrência dos impedimentos do art. 1.521 do CC/02, com a exceção do inc. VI quanto à pessoa casada separada de fato ou judicialmente, haverá, por consequência, o reconhecimento dessa parceria como entidade familiar, com a respectiva atribuição de efeitos jurídicos dela advindos. 5. Comprovada a existência de união afetiva entre pessoas do mesmo sexo, é de se reconhecer o direito do companheiro à meação dos bens adquiridos a título oneroso ao longo do relacionamento, mesmo que registrados unicamente em nome de um dos parceiros, sem que se exija, para tanto, a

prova do esforço comum, que nesses casos é presumida. 6. Recurso especial não provido. (BRASIL, 2011, *online*)

Como se pode perceber, a união homoafetiva é parte da realidade brasileira, ainda que as leis não disciplinem sobre a questão. Infere-se, portanto, que o direito de família não está acompanhando as mudanças da sociedade. E embora o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal tenha sido um grande marco para a história das relações homoafetivas, ainda não foi suficiente para a satisfação das garantias constitucionais, em especial de isonomia. Sobre essa questão Sarmento (2014, p.6) discorre:

Nem é preciso ressaltar que a faculdade legal oferecida pelo ordenamento infraconstitucional, para que o homossexual constitua entidade familiar com pessoa do sexo oposto, não é suficiente para satisfação do princípio da igualdade. Em razão da sua condição homossexual – que não resulta de uma mera “opção”, mas está condicionada por fatores tidos como imutáveis – esta faculdade de constituir, sob o pálio legal, relações afetivas protegidas com pessoas do sexo oposto, através do casamento ou da união estável, não terá qualquer valor para a pessoa homossexual, pois estará em absoluto desacordo com as suas necessidades e inclinações psíquicas e espirituais mais profundas.

Percebe-se que não são garantidos aos homossexuais os mesmos direitos inerentes aos heterossexuais, o que evidencia um preconceito arraigado e um tratamento evidentemente desigual. Dessa forma Vecchiatti (2008, p. 319-320), pondera que:

[...] há identidade de situações entre as uniões homoafetivas e heteroafetivas, visto que ambas são pautadas pela vida em comum, respeito, afeto, solidariedade mútua, assistência e tantos outros, donde, superada a letra fria da norma e tendo em conta a sua substância, seu fim social (em suma, acréscimo, sua interpretação teleológica), percebe-se que as uniões homoafetivas representam efetivas entidades familiares e têm, portanto, que receber o mesmo tratamento jurídico dispensado às uniões heteroafetivas, razão pela qual é cabível o tratamento analógico para que isto seja possível.

Todavia, há projetos de lei buscando essa regulamentação, os quais sofrem retaliações, principalmente pela igreja. A exemplo disso é o projeto de lei nº 1.151, elaborado pela deputada Marta Suplicy, o qual objetiva disciplinar a união civil entre pares homoafetivos.

Observe-se as justificativas do projeto de lei:

O presente Projeto de Lei visa o reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo, relacionamentos estes que cada vez mais vem se impondo em nossa sociedade.

A ninguém é dado ignorar que a heterossexualidade não é a única forma de expressão da sexualidade da pessoa humana. O Conselho Federal de Medicina, antecipando-se à Organização Mundial da Saúde, já em 1985 tornou sem efeito o código 302, o da Classificação Internacional de Doenças, não considerando mais a homossexualidade como 'desvio ou transtorno sexual'. A sociedade atual vive uma lacuna frente às pessoas que não são heterossexuais. Ela não tem como regulamentar a relação entre si e perante a sociedade, tais como, pagamento de impostos, herança, etc.. Esta possibilidade de parceria só é reconhecida entre heterossexuais. E os outros tantos? (SUPLICY, 2013, *online*).

Ressalte-se ainda, dentre a exposição de motivos e justificativa a tentativa de se demonstrar a garantia de direito fundamental relacionada à sobredita união:

Esse projeto pretende fazer valer o direito à orientação sexual, hetero, bi ou homossexual, enquanto expressão dos direitos inerentes à pessoa humana. Seus indivíduos têm direito à busca da felicidade, por uma norma imposta pelo direito natural a todas as civilizações, não há porque continuar negando ou querendo desconhecer que muitas pessoas só são felizes se ligadas a outras do mesmo sexo. Longe de escândalos ou anomalias, é forçoso reconhecer que essas pessoas só buscam o respeito às suas uniões enquanto parceiros, respeito e consideração que lhes é devida pela sociedade e pelo Estado. (SUPLICY, 2013, *online*).

Reporte-se, por fim, a busca em se diferenciar e assemelhar a união civil e casamento, elencando a necessidade de regularizar a situação de fato passível de resolução no meio social:

Esse projeto procura disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo e não se propõe dar às parcerias homossexuais um status igual ao casamento. O casamento tem um status único. Este projeto fala de "parceria" e "união civil". Os termos "matrimônio" e "casamento" ficam reservados para o casamento heterossexual, com suas implicações ideológicas e religiosas.

Está entendido, portanto, que todas as provisões aplicáveis aos casais casados também devem ser direito das parcerias homossexuais permanentes. A possibilidade para casais de gays e lésbicas registrarem suas parcerias implicará na aceitação por parte da sociedade de duas pessoas do mesmo sexo, viverem juntas numa relação emocional permanente. (SUPLICY, 2013, *online*).

Nesse sentido, percebe-se a busca por se regularizar uma situação de fato, promovendo a igualdade de direitos aos cidadãos.

Confirmando esse pensamento, têm-se o posicionamento de Oliveira (*apud* BRITO, 2000, p. 50):

[...] todavia, é preciso ressaltar que o disciplinamento jurídico da união em questão jamais poderia representar uma tentativa de se tentar estender o instituto do matrimônio à união das pessoas do mesmo sexo, o que se afiguraria uma *aberratio*, para não se dizer uma criação só anômala como teratológica, por antinatural e inconcebível e imbuída das melhores intenções, apesar do conteúdo retrógrado e de uma visão sem uma premissa falsa, dada a absoluta impossibilidade de vislumbrar nessa parceria, em qualquer sistema jurídico do mundo, uma união matrimonial, do mesmo modo que não se pode igualmente considerar um casamento a união estável entre homem e mulher, malgrado a sua regulamentação. A legislação, máxime a de família, deve acompanhar a evolução dos usos e dos costumes, as mudanças da mentalidade, a evolução dos conceitos de moralidade, refletindo a nova realidade social, a atender aos anseios de grupos sócio familiares, ainda que minoritários.

Ressalte-se que Vargas (2011, p. 56) critica a forma com que a união homoafetiva sempre foi tratada pela jurisprudência, destacando a dificuldade que se tem de aceitar a união homoafetiva em comparação ao casamento para assegurar direitos aos homossexuais:

Salta aos olhos a discrepância dos entendimentos jurisprudenciais: alegam a falta de legislação para não conceder direitos ao casal homossexual, mas chegam ao absurdo de equipará-los ao matrimônio para imputar deveres e opor impedimentos, ainda que em sede de Direito Eleitoral. Se não se permite analogia para atribuir direitos, por que pode ela ser utilizada para impor deveres e restrições? Tal postura soa, minimamente, como questionável.

Nesse diapasão, Santos (2013, p.40) critica a ausência de normatização específica para reger a união homoafetiva:

Hoje se vive em um Estado Democrático de Direito guiado por normas e não por dogmas interpretados e estendidos a todos os cidadãos brasileiros independentemente de sua orientação sexual.
[...] Além do mais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se posicionou de maneira positiva no que se refere à união estável homoafetiva e na sua conversão em casamento, deixando de forma clara na Resolução nº 175/2013 que todos os cartórios do país deverão aceitar a habilitação, celebração e a conversão em casamento dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo (BRASIL, 2013, *online*)

Dessa forma, é notória a carência de regulamentação que garantam aos casais homossexuais os mesmos direitos conferidos aos casais heterossexuais, tendo em vista que a sociedade evolui e que o Direito deve acompanhar a evolução desta.

3 PATERNIDADE/MATERNIDADE SOCIOAFETIVA POR HOMOSSEXUAIS

Despida de normatividade, a busca pelo direito à paternidade socioafetiva por homossexuais tem batido às portas do Poder Judiciário ante a necessidade de tutela. Esse fato não pode ser ignorado, seja pelo legislador, seja pelo julgador, os quais devem estar preparados para regular as relações contextualizadas em uma sociedade pós-moderna, vez que as estruturas de convívio se tornam cada vez mais complexas, a fim de abranger a diversidade de arranjos familiares existentes.

Os doutrinadores, buscando entender a socioafetividade, passaram a estudar a paternidade, como ela se dá e de que maneira pode ser reconhecida.

Carvalho (2007, p.100) buscou explicar a paternidade nos tempos mais remotos, acentuando como era vista desde a codificação do século XVIII:

Na Codificação de 1916, vivia-se, muitas vezes, uma imaginação jurídica com relação à identificação da paternidade, porque o sistema da época não permitia aberturas para desestabilizar a família matrimonial. Quando não coincidia o dado biológico com a presunção legal, o sistema enunciava a prevalência desse critério, afastando-se, portanto, da realidade. Assim acontecia na hipótese de filho adulterino *a matre* em que o marido não tenha contestado a paternidade.

Dessume-se que o código de 1916 só previa a constituição da família baseada em relacionamentos heterossexuais, desta forma não se vislumbrava a paternidade fora desses moldes. Percebe-se que com o passar dos tempos essa realidade foi mudando, principalmente com a modernização da sociedade, a busca pelo rompimento da barreira do preconceito e a valoração da liberdade de expressão. A partir dessa mudança é que se começou a perceber a paternidade como aquela em que se estabelece o afeto e o carinho.

Nesse sentido Uziel, 2002; Zambrano, 2006; Silva Jr., 2007 (*apud* Moris 2008, p.62) afirmam que a paternidade não está vinculada ao relacionamento heterossexual, esta, a paternidade heteróloga por si só, desprovida do afeto e do carinho não possui sentido. Assevera os autores que para ter sentido a paternidade deve ser compreendida como se o homem estivesse produzindo transformações na sociedade e ampliando sua inserção na família contemporânea.

No mesmo sentido Carvalho (2012, p.115) explica:

A definição da paternidade e da maternidade leva em conta, igualmente, conceitos reveladores de um vínculo socioafetivo, construído na convivência familiar por atos de carinho e amor, olhares, cuidados, preocupações, responsabilidades, participações diárias. Investe-se no papel de mãe ou pai aquele que pretende, intimamente, sê-lo e age como tal: troca as fraldas, esquentando a mamadeira, dá-lhe de comer, brinca, joga bola com a criança, ensina andar de bicicleta, leva-a para a escola e para passear, cuida da lição, ensina, orienta, protege, preocupa-se quando ela está doente, leva ao médico, contribui para a sua formação e identidade pessoal e social.

Moris (2008, p. 62) ressalta a paternidade homossexual, destacando que ela pode ser vivenciada e que não traz prejuízo algum ao infante ou adolescente, menos ainda pode influenciar no comportamento filho afetivo, tendo em vista que a homossexualidade nasce com o indivíduo. Sobreleva ainda, que o filho com dois pais ou duas mães tende a receber carinho e atenção em dobro, pois a paternidade exercida pelo afeto não é realizada pela obrigação de cuidar por que se gerou o filho, mas sim, pela vontade de exercer o poder familiar. Acrescenta a autora sobre a paternidade homoafetiva:

O acesso à paternidade é uma importante etapa do processo de aquisição da identidade masculina. A paternidade exercida por homossexuais e vinculada ou não a uma parceria homoerótica certamente tem outros significados e transcende o ser pai ou ser mãe. Ser um pai homossexual, ou ser um pai solteiro, parece sem sentido numa visão de família naturalizada, tradicional e nuclear. Mas não é desprovido de sentido se compreendermos esse homem produzindo transformações e ampliando sua inserção na família contemporânea.

Em relação ao homoafetivo, existem várias formas de adquirir a paternidade, seja por inseminação artificial com o pai homo e mãe lésbica, pai biológico de casamento heterossexual, adoção do pai solteiro, casal homossexual planejando adoção, solteiro planejando adoção e solteiro procurando uma mulher para a mãe biológica.

Para Meggiato e Gomes (2007, p.07), A caracterização do pai social, traz consigo uma serie de peculiaridades:

Primeiramente, supõe uma separação entre fatos da Natureza e fatos da Cultura. Essa separação não leva em conta que a natureza também é um artefato cultural. Assim, do ponto de vista teórico, toda paternidade, como qualquer dimensão humana, é social, isto é, dependente do conjunto de significações socialmente construídas. Com isso, pode-se afirmar que os padrões de paternidade são construídos e reconstruídos pelos sujeitos através de sistemas simbólicos particulares que fazem parte da cultura vigente em cada época. Dessa forma, os modelos de paternidade tendem a ter significados distintos de uma cultura para outra. Nos modelos nativos,

um “pai social” pode estar designando apenas um homem que não geriu seu filho, mas que está como pai para ele. Neste sentido, a filiação não é um simples derivativo da procriação, ela é também uma relação social.

Destarte, esse novo modelo de família formado pelo núcleo homossexual vem se alastrando cada vez mais pela sociedade brasileira e conquistando seu espaço em números. O que reclama do poder legislativo uma positivação e do poder judiciário julgamentos igualitários, respeitando os princípios constitucionais que garantem a todos a liberdade, a igualdade e a dignidade da pessoa humana, assim como o direito de constituir família.

Lôbo (2008, p.56/57) ao analisar o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) constatou a existência das seguintes estruturas familiares: (a) homem e mulher casados e com filhos biológicos; (b) homem e mulher casados, com filhos biológicos e não biológicos, ou só com filhos não biológicos; (c) homem e mulher não casados e com filhos biológicos (união estável); (d) homem e mulher não casados, com filhos biológicos e não biológicos, ou só com filhos não biológicos (união estável); (e) pai ou mãe e filhos biológicos (família monoparental) (f) pai ou mãe e filhos biológicos e não biológicos, ou só com filhos não biológicos (família monoparental); (g) união de parentes e pessoas que convivem em interdependência afetiva, sem pai ou mãe que a chefie (grupos de irmãos, avós com netos ou tios com sobrinhos); (h) pessoas sem laços de parentesco que passam a conviver em caráter permanente, com laços de afetividade e de ajuda mútua, sem finalidade sexual ou econômica; (i) uniões homoafetivas; (j) comunidade afetiva formadas com filhos de criação”, segundo generosa tradição solidária brasileira, incluindo as famílias recompostas (possuidoras de padrastos/madrastas com os respectivos enteados), além dos casos de posse do estado de filiação.

Diante desses arranjos familiares, o autor acima mencionado constatou as seguintes características comuns das entidades familiares: afetividade, estabilidade e convivência pública.

3.1 DA FILIAÇÃO E SOCIOAFETIVIDADE

A preocupação com a filiação vem ganhando destaque no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por que o Estatuto da Criança e do Adolescente veio

para proteger o menor e o filho em suas relações familiares para que possa proporcionar aos infantes uma base a fim de que se tornem adultos responsáveis e conscientes.

Aliado com o Direito de Família, o ECA busca proteger o menor das situações que lhes possam acarretar instabilidade ou prejudicar seu pleno desenvolvimento, tendo em vista que além de serem cidadãos de direito merecem a proteção necessária para que não venham a ser aliciados ou até mesmo jogados a mercê da própria sorte.

Porém, para que essa proteção se torne eficaz é necessário que o infante tenha uma base familiar estruturada, com dispensação de afeto e carinho e uma criação baseada em educação sólida. E dentro dessa base familiar, o menor passa a desempenhar o papel de filho.

Destarte, visando consubstanciar essa proteção ao filho a doutrina incessantemente busca conceituar o termo filiação. Nesse sentido Santos, Negrão e Guimarães (2006, p.02), asseveram:

O termo filiação deriva do latim “filiatio”, traduzindo-se pela relação de parentesco que se estabelece entre os pais e o filho em linha reta, gerando o estado de filho. A filiação, todavia, nem sempre decorre da consanguinidade, ou seja, de laços consanguíneos entre pai e filho. Além a filiação civil estabelecida por meio do instituto da adoção, hoje há a inseminação artificial homóloga, v.g., o marido pode depositar seus espermatozóides em um banco de sêmen e, após meses ou anos e até mesmo após a sua morte, a esposa ou viúva dele, se submeter a inseminação artificial e vir a dar à luz a um bebê; a inseminação artificial heteróloga, quando ela é feita em mulher casada ou convivente, desta feita com espermatozóides de terceiros e, ainda, a fertilização “in vitro” ou na proveta, em que o óvulo da mãe é extraído do ovário, fecundado em tudo de ensaio com esperma de seu pai e, após algum tempo, inserido novamente no útero da mãe. Denomina-se filiação materna quando relaciona-se à mãe e quando considerada com respeito ao pai, entende-se por filiação paterna. Contudo, a doutrina costume empregar a expressão paternidade em sentido amplo, englobando tanto a paternidade como a maternidade.

Para Lôbo (2008, p.192) o conceito de filiação no Brasil é único e não admite discriminações e adjetivações. O autor disciplina que desde o advento da Constituição Federal de 1988 os diversificados tipos de filiação que antes se diferenciavam (adotiva, legítima, ilegítima, natural e adulterina) foram extintos.

Confirmando essa linha de pensamento a Constituição Federal (1988) em seu artigo 227 §6º proíbe qualquer tipo de discriminação entre os filhos, sejam eles oriundos ou não do casamento.

Percebe-se que, o próprio texto constitucional reconhece não só a existência da filiação biológica, como também a socioafetiva. Diante disso, têm-se que são inúmeras as discussões a qual tipo de filiação deve se sobrepor.

Quanto a esse fato, Dias (2011, p. 387 e 499) assevera que a filiação socioafetiva se sobrepõe a qualquer outra, pois o vínculo de afetividade que a constituiu é um valor mais soberano e isso deve ser levado em consideração, sobretudo por que não se pode negar o que vem sendo construído em sede doutrinária e jurisprudencial nesse sentido.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. PRETENSÃO DE RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO. EXAME DE DNA EXCLUDENTE DO VÍNCULO GENÉTICO ENTRE AS PARTES. FILHO ADVINDO NA CONSTÂNCIA DO MATRIMÔNIO. DÚVIDA, DESDE O PRINCÍPIO, ACERCA DO LIAME CONSANGUÍNEO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE. RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DA FILIAÇÃO. ATO IRREVOGÁVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.610 DO CÓDIGO CIVIL. PATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA PLENAMENTE CONFIGURADA. PREVALÊNCIA, NO CASO CONCRETO, DO LAÇO AFETIVO AO BIOLÓGICO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O reconhecimento voluntário da filiação somente pode ser contestado acaso comprovado vício na manifestação de vontade. Caso contrário, o ato é irrevogável (CC/2002, art. 1.610), mormente em se tendo formado a paternidade socioafetiva, a qual, na espécie, deve prevalecer sobre o vínculo genético, em prol dos interesses do menor envolvido. (SANTA CATARINA, 2012, *online*)

Com toda a construção normativa, houve várias modificações no Direito de Família ao longo do tempo com o fito preservar a entidade familiar. Diante disso, os doutrinadores passaram a buscar e lutar pelo reconhecimento da paternidade socioafetiva, ajustando-a às necessidades da sociedade, principalmente preservando o bem estar do infante, que necessita de amor, afeto e acompanhamento para o pleno desenvolvimento psicológico e emocional.

Segundo Almeida, apud Carvalho (2007, p.101), com o passar dos tempos, as mudanças no Código Civil brasileiro e a supremacia do interesse da criança, a identificação da paternidade sofreu alterações. O vínculo biológico não é mais a base da estrutura filiar, pois a sociedade pós moderna prima pelo vínculo de afeto. A respeito disso leciona Carvalho (2007, p.101):

[...] o marido da mãe nem sempre é o pai da criança, podendo hoje negar a paternidade, com mais facilidade, em comparação à época de vigência do Código Civil anterior. Atualmente, a contestação da presunção da paternidade do marido é imprescritível, nos termos do art. 1.601, diferentemente do que acontecia no Código Civil de 1916, em que a ação

para contestar era de 2(dois) ou 3 (três) meses conforme a presença ou não do marido. Ou seja, a qualquer momento, a princípio, o pai ou o outro legitimado podem refutar a paternidade.

No mesmo sentido, Buzanar (2010, sp.) assevera que não é incomum na sociedade hodierna ouvir-se falar ou até mesmo se presenciar o caso de filhos cujos pais não vivem juntos e que se apegam ao companheiro do pai ou da mãe a ponto de passar a encará-lo como figura paterna ou materna. Disciplina ainda, que quando os pais biológicos deixam de participar ativamente da vida do infante, deixando seu papel ser desempenhado pelo novo consorte de quem possui sua guarda, surge o aspecto mais comum da parentalidade socioafetiva: aquele em que o vínculo paterno/materno de ordem biológica se desconstitui à medida em que o vínculo socioafetivo é construído. Entretanto, não descarta a hipótese de que permaneça o vínculo biológico com os genitores e ainda assim se constitua o vínculo de afeto idêntico ao do pai e da mãe com o companheiro destes.

A viabilidade de normatizar relações emergentes surge diante da nova percepção do conceito de família, que se desdobra no Princípio da Afetividade, concebendo diante disso, novas formas de estruturas familiares e de filiação, constituída através da relação familiar, independente da origem do filho.

Sobre o assunto, Villela (*apud* TARTUCE, 2014, p.39), discorre:

A paternidade em si mesma não é um fato da natureza, mas um fato cultural. Embora a coabitação sexual, da qual pode resultar gravidez, seja fonte de responsabilidade civil, a paternidade, enquanto tal, só nasce de uma decisão espontânea. Tanto no registro histórico como no tendencial, a paternidade antes no serviço e no amor que na procriação. As transformações mais recentes por que passou a família, deixando de ser unidade de caráter econômico, social e religioso, para se afirmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo, imprimiram considerável esforço ao esvaziamento biológico da paternidade.

Portanto, analisando-se o posicionamento do autor acima citado, deduz-se que ser pai transcende o vínculo biológico, estando a paternidade mais intimamente ligada ao cuidado e responsabilidade do que ao vínculo sanguíneo.

Com as significativas mudanças no Direito de família quanto ao assunto “paternidade” demais conveniente se faz ressaltar a indagação de Buzanar (2010, s.p): “Quem são os pais de hoje, ou mais precisamente, qual o fator que determina o vínculo parental?”

Sobremaneira, em virtude do entendimento firmado e unânime exarado pela doutrina e jurisprudência sobre o conceito de paternidade firmado antes nos laços de amor, cuidado, carinho e responsabilidade em detrimento dos laços biológicos, cumpre elencar outro elemento importante que vêm sendo discutido na sociedade e no âmbito jurídico, qual seja, a afetividade.

Sobre a afetividade discorre Groeninga (2008, p.28):

O papel dado à subjetividade e à afetividade tem sido crescente no Direito de Família, que não mais pode excluir de suas considerações a qualidade dos vínculos existentes entre os membros de uma família, de forma que possa buscar a necessária objetividade na subjetividade inerente às relações. Cada vez mais se dá importância ao afeto nas considerações das relações familiares; aliás, um outro princípio do direito de família é a afetividade.

Percebe-se, portanto, que a afetividade é elemento fundamental para o estabelecimento da relação familiar. Diante disso, é de suma importância que dentro o direito de família essa questão seja ressaltada, principalmente nos julgamentos dos conflitos sociais.

Afirmado isso, têm-se o entendimento de Calderon (*apud* TARTUCE 2014, p.38):

Parece possível sustentar que o Direito deve laborar com a afetividade e que sua atual consistência indica que se constitui em princípio no sistema jurídico brasileiro. A solidificação da afetividade nas relações sociais é forte indicativo de que a análise jurídica não pode restar alheia a este relevante aspecto dos relacionamentos. A afetividade é um dos princípios do direito de família brasileiro, implícito na Constituição, explícito e implícito no Código Civil e nas diversas outras regras do ordenamento.

A afetividade é uma realidade que o Direito de Família tem que acompanhar, pois está presente na sociedade hodierna, que se preocupa com o bem estar do Homem, que prima pela realização e felicidade do indivíduo na convivência com os demais.

Não se pode negar que timidamente os Tribunais vem disciplinando a respeito da socioafetividade, destacando a valoração do afeto e a importância que este desempenha na constituição da família moderna. Nesse sentido é o STJ:

A quebra de paradigmas no Direito de Família tem como traço forte a valorização do afeto e das relações surgidas da sua livre manifestação, colocando à margem do sistema a antiga postura meramente patrimonialista ou ainda aquela voltada apenas ao intuito de procriação da entidade familiar. Hoje, muito mais visibilidade alcançam as relações afetivas, sejam entre pessoas de mesmo sexo, sejam entre o homem e a mulher pela

comunhão de vida e de mentalidade, permanecer atento as manifestações de intolerância ou de repulsa que possam porventura se revelar em face das minorias, cabendo-lhe exercitar raciocínios de ponderação e apaziguamento de possíveis espíritos em conflito. A defesa dos direitos em sua plenitude deve-se assentar em ideais de fraternidade e solidariedade, não podendo o Poder Judiciário esquivar-se de ver e de dizer o novo, assim como já o fez, em tempos idos, quando emprestou normatividade aos relacionamentos entre pessoas não casadas, fazendo surgir, por consequência, o instituto da união estável. A temática ora em julgamento igualmente assenta sua premissa em vínculos lastreados em comprometimento amoroso. (BRASIL, 2010, *online*)

Percebe-se diante do julgado acima colacionado, que os órgãos julgadores já reconheceram que a sociedade vivencia a paternidade socioafetiva como elemento integrante da realidade social, bastando, entretanto, que a legislação ampare sobredita situação.

3.2 O DIREITO À PATERNIDADE/MATERNIDADE POR HOMOAFETIVOS EM CASOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Durante muito tempo, a humanidade tem buscado aperfeiçoar os métodos de produção humana para perpetuar a espécie. Todavia, a sociedade brasileira contemporânea ainda padecia de amparo legal para que se pudesse confirmar a garantia do direito à reprodução assistida às famílias constituídas pelos vínculos de afetividade e fundadas na estabilidade, como é o caso das uniões homoafetivas. Esse fato se tornou ainda mais latente após o reconhecimento da união homoafetiva pelo STF, como explanado no capítulo anterior, pois com a união, consequentemente surge o desejo de constituição de família. Porém é permitido ao homossexual utilizar desse tipo de técnica para constituir família? Qual a legalidade de se aplicar os métodos de reprodução humana a um casal homoafetivo?

De antemão é necessário que se busque entenda o que é reprodução humana assistida. A esse respeito, Ferrari e França (2013, p. 147) apontam que:

A reprodução humana assistida pode ser entendida como um conjunto de técnicas que favorecem a fecundação humana a partir da manipulação de gametas e embriões, objetivando principalmente combater a infertilidade e proporcionando assim o nascimento de uma nova vida humana.

Cumpre ressaltar ainda, que até o ano de 2013 a Resolução nº 1.957/2010 do Conselho Federal de Medicina disciplinava que essa prática medicinal só podia

ser utilizada com casais heterossexuais, vedando a utilização dessa técnica com casais homoafetivos.

O método da reprodução humana assistida por homossexuais só ganhou destaque em 2013 com a publicação da Resolução nº. 2.013/2013 pelo Conselho Federal de Medicina, o qual anunciou a possibilidade de que os casais homossexuais, casados ou não, também pudessem recorrer a esse procedimento:

CONSIDERANDO que o pleno do Supremo Tribunal Federal, na sessão de julgamento de 5.5.2011, reconheceu e qualificou como entidade familiar a união estável homoafetiva (ADI 4.277 e ADPF 132); CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar o uso destas técnicas com os princípios da ética médica; CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária do Conselho Federal de Medicina realizada em 16 de abril de 2013, RESOLVE: Art. 1º Adotar as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos. Art. 2º Revoga-se a Resolução CFM nº 1.957/10, publicada no D.O.U. de 6 de janeiro de 2011, Seção I, p. 79, e demais disposições em contrário. [...]
[...] 2 - É permitido o uso das técnicas de RA para relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras, respeitado o direito da objeção de consciência do médico.

Todavia, antes do reconhecimento desse direito por parte da medicina, Grossi (1998, p.10/11) já vislumbrava que as novas tecnologias de reprodução teriam vindo para desmistificar a crença que a reprodução estava confinada apenas à relação homem/mulher. À época, o autor chegou a ressaltar que a sexualidade é desvinculada da reprodução.

Da mesma forma, antes mesmo de ser anunciada pelo Conselho Federal de Medicina sobre essa evolução garantindo aos homossexuais a garantia de ter filhos, Dias (2010, p.241) aduzia que:

No momento em que a ciência aprendeu a fazer a fertilização de um óvulo em laboratório e conseguiu implantá-lo no ventre da mesma ou de outra mulher, ocorreu a maior revolução que o mundo teve a oportunidade de presenciar no campo da genética. A concepção não mais decorre, necessariamente, de um contato sexual entre um homem e uma mulher. Agora o sonho de ter filhos está ao alcance de qualquer um. Ninguém precisa ter par, manter relações sexuais ou ser fértil para tornar-se pai ou mãe.

Com isso, ficou provado que a ideia de ter filhos não está garantida apenas à união entre duas pessoas do sexo oposto, mas também aos homossexuais. Porém, há uma diferenciação quanto à aplicação do método de reprodução humana assistida para o casal homoafetivo masculino e para o feminino.

Quanto ao casal homossexual feminino há duas possibilidades: a reprodução artificial realizada através da doação de sêmen através de um banco de doação ou a fertilização *in vitro*.

Uneno (2014, s.p) explica que embora sejam confundidas, a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* possuem diferenças. Enquanto a primeira é realizada a fecundação com espermatozoide doado podendo a mulher continuar a gravidez, na fertilização *in vitro* o óvulo de uma mulher pode ser fecundado por espermatozoide doado e ser colocado na barriga da outra para que as duas tenham participação no processo gravídico.

Dias e Reinheimer (2014, p. 123) aduzem que no caso de homoafetivos femininos, há a possibilidade de escolha de qual das mulheres participará do processo de gestação. Uma das mulheres submete-se à inseminação artificial, havendo a possibilidade de se utilizar do próprio óvulo ou o óvulo da companheira. Caso o sêmen seja de um doador, é feita a inseminação *in vitro*. Acrescenta o autor, que nesse caso, o vínculo de filiação é estabelecido somente com a mãe que gestou. De outro lado, se é utilizado o óvulo da companheira, embora esta seja a mãe biológica, o registro também só será levado em nome de quem gestou.

De acordo com Ferrari e França (2013, p. 150) em relação casal homoafetivo masculino, a situação difere, em virtude de que é necessário o envolvimento de outras pessoas alheias à relação, sendo um terceiro que doa o óvulo, um dos parceiros que cede o esperma e o terceiro por substituição. Os autores acrescentam que nesse caso os casais podem escolher qual dos parceiros homoafetivos será o doador de sêmen e qual irá gerar a criança, como também dispõe da possibilidade de optar em utilizar o material genético de ambos, a fim de não saberem quem é o pai biológico do filho.

Quanto ao registro civil Ferrari e França (2013, p. 153) afirmam que no caso de reprodução humana assistida de casal homoafetivo masculino onde a gestação é feita por substituição, já há decisões determinando o duplo registro de pais. Citam como exemplo a decisão prolatada em 07 de Março de 2012, na 1ª Vara de Família de Recife/PE, pelo juiz Glicério Bezerra e Silva, a qual determinou o registro de uma menina com dupla paternidade gerada por este tipo de procedimento.

Apesar do que disciplina a resolução do Conselho Federal de Medicina quanto a aplicação do método de reprodução humana assistida ser estendida aos

homossexuais, no Brasil, ainda há a carência de regulamentação jurídica para disciplinar a essa técnica de reprodução, principalmente no que condiz ao direito garantido ao homossexual para realização de sobredito procedimento. Entretanto, tramitam na Câmara dos Deputados diversos projetos de lei a respeito do assunto. A exemplo, têm-se o PL 4892/2012 apresentado pelo Deputado Eleuses Paiva (PSD-SP), o qual propõe a criação do Estatuto da Reprodução Assistida, com o fito de disciplinar a aplicação e utilização das técnicas de reprodução assistidas e seus efeitos nas relações sociais.

Desse modo, o casal de pessoas homossexuais também tem o direito de exercer o projeto parental comum por meio das técnicas de reprodução humana assistida. Uma análise acerca dos aspectos, desdobramentos, bem como dos efeitos jurídicos decorrentes dessa prática é de fundamental importância para a sociedade brasileira.

Portanto, deduz-se que a reprodução assistida é um método que garante formação da família homoafetiva. E isto é fundamental para a efetivação do direito constitucional de igualdade entre as pessoas, levando-se em consideração ainda, que a filiação é um desdobramento do reconhecimento da união homoafetiva.

3.3 RECONHECIMENTO DOS FILHOS DE RELAÇÃO HETEROSSEXUAL PELO PARCEIRO HOMOSSEXUAL

As transformações no Direito de Família são cada vez mais crescentes e o núcleo familiar vem ganhando outras formas, ampliando seu sentido. Nesse contexto, considerando que o divórcio é realidade comum na sociedade e tornou-se cada vez mais frequente, há a possibilidade de que se seja construída uma outra família por esses indivíduos que desconstituíram a família anterior. Levando-se em conta ainda o que foi explanado nos capítulos anteriores, no sentido de que a homoafetividade, por ser carregada de preconceito na sociedade desde tempos mais remotos, na maioria das vezes é revelada em certa oportunidade da vida depois de o homoafetivo já ter tentado de todas as formas reverter sua opção sexual, em muitos casos pode surgir o fato de a revelação se dar após a constituição de uma família. Nesse caso, principalmente quando se tem filhos de relação heterossexual, revelar a homossexualidade pode ser um obstáculo e a formação de

uma nova família pode trazer reflexos jurídicos à filiação não disciplinados ainda pela norma jurídica brasileira. Diante disso, como se daria a relação do parceiro homossexual com o filho de relação heterossexual anterior? Seria possível o reconhecimento jurídico dessa relação?

Moris (2008, p. 59) descreve como pode-se dar a relação do casal homossexual e os filhos advindos da relação heterossexual:

[...] a relação da criança com o pai e o companheiro do pai, quando houver, pode ter menor potencial conflituoso. O companheiro pode ocupar o lugar de um parental, exercendo funções no cuidado, podendo ser também denominado de pai (segundo pai, pai dois). [...]

[...] Para crianças que têm a mãe presente em sua rotina, cujo pai mantém relacionamento homoafetivo – tem um companheiro –, mesmo que esse companheiro tenha uma relação próxima, de cuidado e de afeto com a criança, geralmente não lhe é outorgado um lugar parental; a criança distingue e diferencia o pai, a mãe e o companheiro do pai, mesmo que esse companheiro co-habite e esteja atuando em atividades comumente exercidas por um parental. [...]

[...] O fato de outras pessoas partilharem do cotidiano da criança e exercerem funções parentais, desempenhando atividades ligadas à sua criação, educação e cuidado, não se constitui um problema nas famílias homoafetivas, ao contrário pode ser uma realidade comum, realidade esta que é também comum a famílias que vivem outras uniões pós-divórcio. E lembramos que nessas famílias não há uma referência estabelecida no sistema doméstico, nem no parentesco, tampouco no legal, mesmo que no caso das famílias homoafetivas o companheiro do pai tenha um lugar de importância na vida da criança.

Guassú e Cova (s.d online) assevera que comprovada a paternidade/maternidade socioafetiva, têm-se a possibilidade da busca judiciária pelo reconhecimento dessa relação. Com isso estar-se a primar pela proteção integral do menor.

Diante disso, a questão levantada é se é possível o reconhecimento da filiação por parte do parceiro homoafetivo ao filho de ex-relação heterossexual.

Para Moris (ano, p.30) o foco de interesse dos julgadores deve ser a criança, devendo-se investigar se a dispensação do cuidado é adequado e suficiente quando exercido pelo cuidador e analisando-se ainda, as implicações desse fato.

Póvoas (2012, p.88) assevera que se há o reconhecimento da família tradicional (pai, mãe e filhos), a união estável (companheiro, companheira e filhos) e a união homoafetiva (pessoas do mesmo sexo convivendo afetivamente), não há motivos para que não haja o reconhecimento da existência da multiparentalidade (genitores biológicos, genitores afetivos e filhos), destacando ainda, que essa

relação carece de proteção jurídica com a confirmação dos direitos e deveres correspondentes.

Farias e Rosenvald (2014, p. 942-943) acreditam que o não reconhecimento dessa relação familiar trata-se de uma barreira ilegal e criticável, ressaltando que o legislativo está a ignorar diversos fatos concretos existentes na sociedade brasileira. Sobreditos autores acrescentam ainda que, com fundamentos nos valores constitucionais é possível que haja o afastamento dessa barreira.

Nesse sentido, Dias (2011, p.499) leciona:

Não cabe rechaçar a possibilidade de o filho biológico ser adotado pelo parceiro do genitor. De modo expresse, é permitido que um dos cônjuges ou companheiros adote o filho o do outro (ECA 41 § 1º). O simples fato de se tratar de relação homoafetiva não impede a adoção pelo companheiro. [...] [...] Negar a possibilidade do reconhecimento da filiação, quando os pais são do mesmo sexo, é uma forma cruel de discriminar e de punir.

A jurisprudência hodierna também é no mesmo sentido:

MATERNIDADE SOCIAFETIVA. Preservação da Maternidade Biológica. Respeito à memória da mãe biológica, falecida em decorrência do parto, e de sua família – Enteadado criado como filho desde dois anos de idade – Filiação socioafetiva que tem amparo no artigo 1.593 do Código Civil e decorre da posse do Estado de Filho, fruto de longa e estável convivência, aliado ao afeto e consideração mútuos e sua manifestação pública, de forma a não deixar dúvida, a quem não conhece, de que se trata de parentes – A formação da família moderna não consanguínea tem sua base na afetividade e nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade. (SÃO PAULO, 2012, *online*)

Embora os Tribunais venham deferindo a paternidade/maternidade ao homoafetivo que cria como seu filho biológico do parceiro, o ordenamento jurídico brasileiro ainda padece de positivação nesse sentido, tendo em vista que os julgamentos são singulares e em diversas partes do país pode haver desigualdades de julgamentos, o que pode acarretar um prejuízo social e uma desestabilização jurídica.

Em consonância a isso, Marx (2005, p.176) apregoa que o sistema deve originar das pretensões sociais, mas o que ocorre na sociedade hodierna é exatamente o oposto, pois o Estado tomou a posição de síntese social, da família e da sociedade como parte de sua estrutura. Continua o autor que a norma fixa e imutável não pode servir como base para as decisões e argumentações que interfiram diretamente na vida das pessoas, pois considerando que a sociedade

sofre mutações é dever da ciência jurídica acompanhar essas evoluções. O autor considera que ainda que a lei não disciplina os fatos, a aplicação do Direito realizado pelos juízes deve garantir a justiça.

Sobre o assunto, Lyra (1983, p.17/20) assevera que a ciência jurídica deve sofrer uma libertação para que o sistema de positivação atenda as necessidades das minorias, das massas oprimidas e não atenda somente os interesses de elites ou daqueles que tentam impor suas opiniões por meio de ideologias consubstanciadas no poder. O autor acredita que dessa forma se alcançará a justiça social, sendo essa, a justiça, o objetivo e o fim a ser alcançado pelo sistema normativo.

Consoante a isso, Habermas (2003, p.210) afirma que:

As normas de princípios, que ora perpassam a ordem jurídica, exigem uma interpretação construtiva do caso concreto, que seja sensível ao contexto e referida a todo o sistema de regras. Nos domínios da ação não-formalizada, a possibilidade de contextualização de uma aplicação de normas, dirigida à totalidade da constituição, pode fortalecer a liberdade e a responsabilidade dos sujeitos que agem comunicativamente [...]

Todavia, Freitas e Cruz (s.d., *online*) acredita não ser um trabalho fácil a oposição à dogmatização do Direito e analisar a realidade para proferir os julgamentos. Ressalta que são minorias os juízes que ousam sobrepor a realidade à norma positivada avaliando as particularidades de cada caso. Atribuem isso ao comodismo e/ou à superlotação da máquina pública. Por derradeiro, assevera que o que se propõe não é uma análise em desconformidade com a lei escrita, mas sim, um julgamento fundado no raciocínio entre o concreto e abstrato, adequando a norma à realidade, pois a norma deve servir o homem e não o homem servir a norma.

Nessa perspectiva têm-se que se a sociedade mostra que as estruturas familiares estão tomando outras formas, é função do legislativo e dos juristas estabelecer meios para que o Direito acompanhe esta evolução a fim de que se mantenha uma postura crítico-ideológico-valorativa, para que se possa garantir aos cidadãos a efetiva aplicação dos direitos elencados constitucionalmente.

Habermas (2003, p.147), considera que a sociedade é um corpo passível de mutações, principalmente no que condiz às famílias. E nessa perspectiva acentua a necessidade de proteger os direitos fundamentais em oposição aos abusos de

direito através das garantias constitucionais. No caso em comento, destaca que deve-se sobrepor o direito de livre constituição familiar em detrimento ao direito de manifestação de preconceito minoritário, qual seja, a homofobia.

Portanto, deduz-se que o reconhecimento da filiação socioafetiva do filho de ex-relação heterossexual por parceiro homossexual, embora faça parte da realidade social ainda não possui amparo legal, o que dificulta que os homoafetivos tenham confirmados o seu direito de igualdade em relação aos heterossexuais, contrariando a previsão constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as mudanças vivenciadas pelo Direito de Família, principalmente pelos novos arranjos familiares que vem se construindo ao longo dos anos, surgiu a necessidade de se normatizar essas novas relações.

A doutrina defende a positivação baseada na valoração do afeto nas relações familiares, enquanto a realidade normativa está longe de se alcançar o tão almejado posicionamento jurídico em relação aos fatos emergentes.

Em decorrência dessa busca pela valoração do afeto, tornou-se fundamental garantir proteção às famílias homoafetivas, de modo que não sejam submetidas a nenhuma forma de preconceito. De igual forma, os atuais arranjos familiares passam a ser percebidos perante a sociedade, demonstrando as influências que o Direito de Família sofre também na seara das técnicas de reprodução assistida, principalmente em relação à homossexualidade e o direito que os homoafetivos tem de vivenciar a paternidade.

Com o surgimento do método de reprodução humana assistida, bem como a possibilidade do reconhecimento de filhos de relação heterossexual anterior por parceiro homossexual, as definições de paternidade e de maternidade afetivas vêm ganhando destaque no mundo jurisprudencial. No entanto, a carência de normatização sobre esses fatos traz uma instabilidade no meio social. Pois a sociedade precisa de uma resposta legislativa para se sentir segura da inexistência do preconceito e da desigualdade.

Constata-se diante disso, que a homossexualidade ainda tem sido tratada como 'anormal' pelos representantes do povo, vez que se omitem em garantir aos homoafetivos um posicionamento normativo a respeito do que já está concretizado no mundo dos fatos. Infere-se que o casal homoafetivo tem a necessidade de

constituir família e ser aceito no meio social, sobretudo ter garantido os direitos inerentes a todos os cidadãos comuns. De toda sorte, a omissão legislativa reflete um descumprimento constitucional, qual seja, a garantia de isonomia.

Ressalte-se que há o reconhecimento da possibilidade jurídica e legal da reprodução assistida ser deferida aos casais homoafetivos por meio da Resolução nº 2013/2013 do Conselho Federal de Medicina. Entretanto, ainda não há uma regulamentação jurídica definitiva a respeito. Portanto, a orientação sexual não deve ser impedimento para que a família formada por duas pessoas do mesmo sexo possa ter garantia à formação de uma estrutura familiar com prole, caso contrário, o Estado que deveria elaborar as leis para proteger a sociedade e garantir o bem estar de todos estaria provocando a desigualdade, demonstrando o preconceito e ferindo o preceito constitucional da liberdade de constituir família e da dignidade da pessoa humana.

Por fim, com o reconhecimento da socioafetividade como fator determinante para o reconhecimento da paternidade/maternidade não se permite mais qualquer impedimento para que o casal homoafetivo sofra o preconceito e a discriminação quanto ao direito de compor sua família e possa ter liberdade de ter e criar seus filhos.

De modo conclusivo, deduz-se que embora o legislador apresente resistência em normatizar o reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva por homossexuais no Brasil, sobredita situação já se mostra reconhecida pela maior parte da jurisprudência brasileira, ainda que se encontre posicionamentos divergentes. De toda sorte, defende-se o reconhecimento desse instituto familiar com a produção de todos os seus efeitos jurídicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eder Luiz dos Santos. Adoção por casais homoafetivos: Análise jurisprudencial dos Tribunais de Superposição. **Jurisway**. 22 mar. 2012. Disponível em: < http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7327>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ALTMAN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista de Estudos Feministas**, a. 9, 2. Semestre 2001.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. "Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler". **Cadernos Pagu** [online], v. 28, p. 129-147, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332007000100007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 mar. 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei n. 1184/2003**. Dispõe sobre a Reprodução Assistida. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=564022>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução 1.957/2010**. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=254124>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Conselho Federal de Medicina. **Resolução 2.013/2013**. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013_2013.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Lei 11.924 de 17 de abril de 2009**. Dispõe sobre a Alteração do art. 57 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome da família do padrasto ou da madrastra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Resp 1.026.981/RJ**, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, 04.02.2010, DJe 23.02.2010. Disponível em: <stj.gov.br/portal_stj/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=1745>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **RTOrd-0000457-53.2012.5.15.0136**. Relator: Ministra Nancy Andrighi, Data de Julgamento: 11/05/2011, S2 - SEGUNDA SEÇÃO. Disponível em: <<http://www.escavador.com/diarios/TRT-15/J/2014-05-22/9804455>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI 4.277 e ADPF 132**, Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Ayres Britto, julgado em 05/05/2011. Disponível em: <<http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=1103,1099,1100,1048>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI 4.277 e ADPF 132**, Rel. Min. Ayres Britto, julgado em 05/05/2011. Disponível em: <<http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=1103,1099,1100,1048>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRITO, Fernanda de Almeida. **União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos**. São Paulo: LTr, 2000.

BUNNAZAR, Maurício. Pelas portas de Villela: em ensaio sobre a pluriparentalidade como realidade sociojurídica. **Revista IOB de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, ano XII, nº 59, abr./maio 2010, p.72. Disponível em <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2458/1802>>. Acesso em: 07 maio 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Carmela Salsamendi de. **Filiação Socioafetiva e “conflitos” de paternidade ou maternidade**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

DIAS, Maria Berenice. Filiação homoparental e a reprodução assistida. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, 2010.

_____. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: RT, 2015.

_____. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo: RT, 2007.

_____. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. São Paulo: RT, 2011.

_____. **União homossexual: o preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____; REINHEIMER, Thiele Lopes. **A reprodução assistida heteróloga nas uniões homoafetivas**. 2014. Disponível em:

<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/a_reprodu%E7%E3o_assistida_heter%F3loga_nas_uni%F5es__homoafetivas_-_thiele.pdf>. Acesso em 14 de jun. 2015.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-05-20 00:57:17]. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sexualidade>>. Acesso em: 15. Jun. 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Direito de família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 5.

DOBERSTEIN Nicole Simone Flesch. **O Relacionamento Homossexual Sob a Perspectiva Heteronormativa**. Monografia. Porto Alegre, 2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. 6.ed. Salvador: JusPodivm, 2014. 6.v.

FERNANDES, Pimentel Pontes Fernandes. **O reconhecimento da união homoafetiva e os efeitos possíveis na órbita do direito**. Disponível em: <http://preparatorios.institutoiob.com.br/_ambiente_aula/aovivo/?ID_curso=228&ID_turma=227&ID_turma_aluno=33733>. Acesso em: 25 ago. 2011.

FERRARI, Geala Geslaine; FRANÇA, Loreanne Manuella de Castro. As Novas Formas de Entidades Familiares Advindas com a Constituição Federal de 1988 e a Reprodução Humana Assistida como Instrumento Facilitador para a Formação das Famílias Homoafetivas. **Revista do Direito Público**, Londrina, v.8, n.2, p.139-158. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 15.ed. São Paulo: Graal, 2003.

FREITAS, Carla Danyelle Desidério; CRUZ, Jôsy Karine Soares da. Direito de família homoafetivo: o consenso democrático do fato social. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10011&n_link=revista_artigos_leitura/> acesso em 15 de jun. 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**, vi: direito de família. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva: 2012. v. 06.

GROENINGA, Giselle Câmara. Guarda compartilhada - A tutela do poder familiar. In: PEREIRA, Tânia da Silva; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coords.). **A ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GUASSÚ, Rivadavio; COVA, Jéssica. Multiparentalidade: dupla paternidade/maternidade. **Artigos LBS Advogados**. Disponível em: <<http://www.lbs.adv.br/category/artigos/>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. **PEPSIC**. Ribeirão Preto: 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2009000200023&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de jun de 2015.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. Relações de gênero e sexualidade. **Brasil Escola**. São Luiz: 2010. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/pedagogia/relacoes-genero-sexualidade.htm>>. Acesso em 15 de jun de 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JANNOTTI, Carolina de Castro. et al. **Averbação da Sentença de Multiparentalidade**: aplicabilidade. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.recivil.com.br/preciviladm/modulos/artigos/documentos/artigo%20multiparentalidade%20averba%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

KIRCH, Aline Taiane; COPATTI, Livia Copelli. O reconhecimento da multiparentalidade e seus efeitos jurídicos. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 112, maio 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12754&revista_caderno=14>. Acesso em 15 de jun 2015.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. **A Homossexualidade em Platão**. Disponível em <https://arthurlacerda.wordpress.com/2007/08/12/a-homossexualidade-em-platao/>. Acesso em: 20 mai. 2015.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**. Famílias. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Direito civil**. Famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LYRA FILHO, Roberto. **Karl, meu amigo**: Diálogo com Marx sobre o Direito. Porto Alegre: co-edição S. A. Fabris e Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1983.

MAROLA, Caroline Andreia Garrido; SANCHES, Carolina Silva Munhoz; CARDOSO, Lucila Moraes. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. **Psicologia da Educação**, 2011. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149752011000200006>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (Título original Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie)**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEGGIATO, Jaqueline da Rosa; GOMES, Selma Graciele. **“Pais assumidos: Adoção e paternidade no Brasil**. Universidade Federal do Maranhão, 2007.

MICHAELIS, Dicionário da Língua Portuguesa. **Dicionário online Uol**. Editora Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=fam%EDlia>>. Acesso em: 15 jun 2015.

MOREIRA FILHO, Francisco Carlos; MADRID, Daniela Martins. **A Homossexualidade e a sua história**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1646/1569>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MORIS, Vera Lúcia. **Preciso te contar?** - paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos. Doutorado em Psicologia Clínica. São Paulo, 2008.

MOURA, Marcos Paulo. **União entre pessoas do mesmo sexo**. Monografia. Barbacena: 2011. Disponível em: <http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-962eee42504c2666c9796fdc7ca2c38c.pdf>. Acesso em 28 de mai de 2015.

NAVARRO SWAIN, Tânia. **Lesbianismo, cartografia de uma interrogação**. RIBEIRO, Paula R. C. et. al. (org). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo políticas educativas. Rio Grande: FURG, 2007.

OLIVEIRA, José Sebastião de. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde**, 18-11 de junho de 1946. Disponível em: <http://www.who.int/topics/sexual_health/en>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PÓVOAS, Maurício Cavallazzi. **Multiparentalidade**: a possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade. Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200004>. Acesso em 15 de jun de 2015.

RONDÔNIA. Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO. **Ação de investigação de Paternidade nº 0012530-95.2010.8.22.0002**, 13 de maio de 2014. Direito de família.

RORIGUES, Humberto; LIMA, Cláudia Castro de. **Vale Tudo: Homossexualidade na antiguidade. Revista Abril**. São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato Social. Martin Clare. São Paulo: 2001.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **AC: 20120487096 SC 2012.048709-6** (Acórdão), Relator: Stanley da Silva Braga, Data de Julgamento: 05/09/2012, Sexta Câmara de Direito Civil Julgado. Disponível em: < <http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23820729/apelacao-civel-ac-20120487096-sc-2012048709-6-acordao-tjsc>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 10, n. 92, ./2009. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/revistajuridica>. Acesso em: 15 de jun. 2015.

SANTOS, Leonardo Goulart. **Sucessão no direito homoafetivo**. Ijuí: 2013. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1679/TCC%20Leonardo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

SANTOS, Luiz Henrique Sacchi dos. **Heteronormatividade & Educação**. Brasília, 2007.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Ap. 0006422-26.2011.8.26.0286**. 1ª Câmara de Direito Privado. rel. Des.Alcides Leopoldo e Silva Júnior, j.14-08-2012. Disponível em: < <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22130032/apelacao-apl-64222620118260286-sp-0006422-2620118260286-tjsp>> . Acesso em: 12 jun. 2015.

SARMENTO, Daniel. **Casamento e união estável entre pessoas do mesmo sexo e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Casamento-e-Uni%C3%A3o-Est%C3%A1vel-Entre-Pessoas/681433.html>. Acesso em 16 de jun de 2015.

SILVA, Fabiane Ferreira; MELLO, Elena Maria Billig. **Corpos, gêneros, sexualidade e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana: Unipampa. 2011.

SPENCER. Colin. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência**: reflexões acerca da educação sexual na escola. Dissertação. Maringá, 2005. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Regina_Spitzner.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

SUPLICY, Marta. **Projeto de Lei Federal nº 1.151**. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/projetolei_1151.html>. Acesso em: 17 mar. 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito de família**. 9. ed. São Paulo: MÉTODO, 2014.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **O direito das famílias entre a norma e a realidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

UENO, Joji. Entenda a diferença entre fertilização in vitro e inseminação artificial. **Minha vida**. Disponível em: <<http://www.minhavidacom.br/familia/materias/17832->

entenda-a-diferenca-entre-fertilizacao-in-vitro-e-inseminacao-artificial>. Acesso em: 14 jun. 2015.

VARGAS, Fábio de Oliveira. **União homoafetiva**: direito sucessório e novos direitos. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Lotti. **Manual da homoafetividade**: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

VERDON, Jean. Homossexualidade na igreja: uma tradição medieval. **História viva**. São Paulo: 2014. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/homossexualidade_na_igreja_uma_tradicao_medieval.html>. Acesso em: 20 mai. 2015.